



A reunião teve operários de 100 fábricas, muitas delas recém-saídas de greve

Metalúrgicos de São Paulo aprovam a: "Carta dos 500"

Reunidos pelo PC do B, 500 operários de 100 empresas metalúrgicas da capital paulista debatem as batalhas da categoria nos próximos meses: o Congresso do Sindicato, a campanha salarial, as eleições de 15 de novembro e a votação da nova diretoria em 87. Página 10

Carnes: por que não usar a lei para punir os especuladores?

Através da Lei Delegada, o governo poderia acabar com a festa dos magnatas da carne, que provocam a escassez e sabotam o tabelamento. Pág. 4

EDITORIAL

Em busca da unidade

Sempre que se rompe a unidade das forças democráticas, as correntes de direita levam vantagem. A condução da campanha eleitoral para a prefeitura de São Paulo no ano passado foi um exemplo muito nítido. O PMDB adotou então uma política estreita, recusando-se a marchar em conjunto com um amplo leque de forças aliadas, e acabou sendo derrotado pelo esquema reacionário montado por Jânio Quadros.

Mas parece que o PMDB não conseguiu tirar lições da vida. Na convenção do PMDB paulista, prevaleceu novamente o isolacionismo. Apesar da ameaça flagrante de um Paulo Maluf que usa rios de dinheiro para comprar votos e ludibriar a população, os peemedebistas recusaram coligação com qualquer outra legenda. Foi uma demonstração de auto-suficiência perigosa, pois facilita o caminho para a divisão dos democratas.

A miopia do PMDB tem como complemento a atitude arbitrária do Tribunal Superior Eleitoral, que resolveu legislar contra as coligações na hora de regulamentar a lei aprovada no Congresso sobre o assunto. Tal medida mostra que as classes dominantes não estão interessadas em permitir as coligações, facilitando portanto as coisas para os reacionários. A primeira resistência às coligações tinha se manifestado no próprio Senado, e só foi vencida com muita luta. Agora o TSE faz o que a direita não conseguiu no parlamento.

Diante deste quadro, os trabalhadores e todos os verdadeiramente interessados em mudanças não podem sair para soluções emocionais ou aventureiras. A unidade de amplas forças é interesse do povo. E mesmo se certas camadas vacilantes colocam obstáculos, é preciso encontrar os caminhos para obtê-la.

Alguns, aproveitando os pretextos dados pela cegueira do PMDB e pela iniciativa antide-

mocrática da Justiça Eleitoral, tratam de convencer os trabalhadores de se isolarem também. Seria fazer o serviço da direita com linguagem de esquerda. Outros, pelo contrário, falam em uma falsa unidade, baseada na capitulação aos conservadores. Nenhum destes procedimentos interessa à luta pela liberdade.

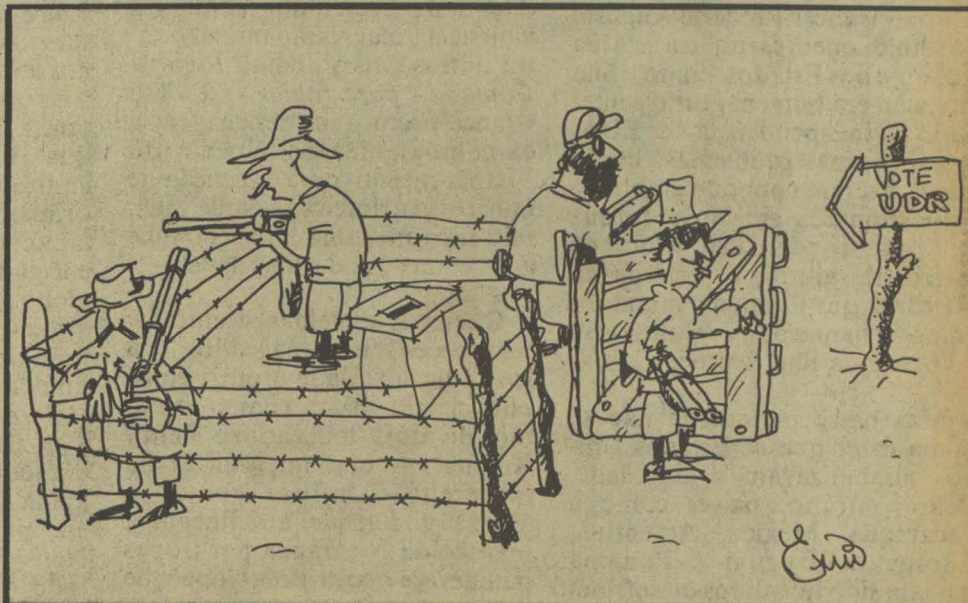
O que serve aos interesses progressistas nesta conjuntura é uma forte pressão de massas, de baixo para cima, apoiada na unidade popular, para forçar acordos mais amplos, sem discriminações, para derrotar Maluf e seus assemelhados em cada Estado. Junto com esta pressão, não se pode descartar entendimentos nas direções. Mas sempre tendo por referência os interesses populares e sempre prestando conta de tais conversas às bases. Em outras palavras, impõe-se uma conduta firme e uma política flexível apoiada em princípios e levando em conta as exigências da realidade.

Em São Paulo e outros lugares onde os conservadores impõem ao PMDB uma política fechada, não se pode dar ainda as coisas por resolvidas. É necessário forçar caminho para uma postura mais condizente com a batalha em curso. Não se pode perder de vista que está em jogo, na eleição de novembro, principalmente a Constituinte. Os acordos para as chapas majoritárias influenciam a possibilidade de uma bancada progressista numerosa para elaborar a nova Carta Magna e sobretudo por isto merecem a maior atenção.

Em alguns casos, como o do Amazonas, onde o sr. Mestrinho posa de imperador, a solução foi formar uma frente ampla deixando de lado o que há de mais direitista no PMDB, e lançar um candidato alternativo. Vê-se portanto que não existe uma receita pré-fabricada. Todos os esforços para unir o povo e formar uma forte frente única democrática: esta é a meta.

UDR lança os constituintes do latifúndio

Reunidos em Goiânia, latifundiários de todo o país escolhem presidentes da UDR e decidem como usar o dinheiro dos leilões de bois para levar à Assembléia Constituinte candidatos contrários à reforma agrária. Sindicalistas rurais respondem elaborando uma lista com as candidaturas anti-reforma agrária, para que nenhum trabalhador vote nelas. Página 3



Assembléia com 8 mil portuários em Santos, maior porto do país; eles prometem voltar a parar dia 22

Greve nacional é prova da força dos portuários

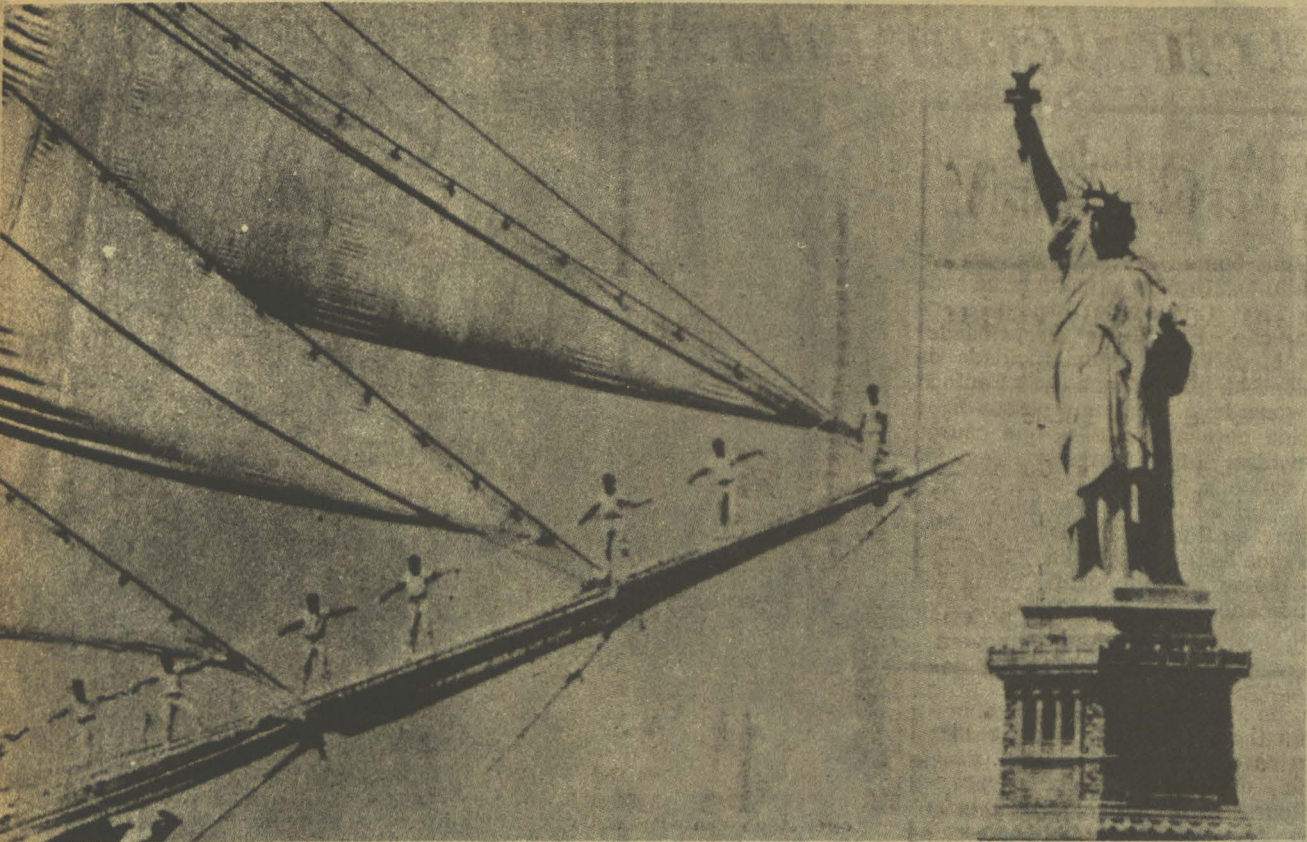
Eles paralisaram os portos do Rio ao Amazonas, e foi só uma advertência. Pág. 7

Metalúrgicos de Niterói vão ao Estaleiro

Às vésperas da eleição no sindicato, o atual presidente levou vai ao Estaleiro Mauá. Pág. 7

PRESENÇA DA MULHER

Nasce uma revista pela emancipação
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
A longa história da imprensa feminina no Brasil e o seu mais novo capítulo. Página 6



Acobracias de marinheiros diante da Estátua da Liberdade na festa hollywoodiana

Demagogia e belicismo na festa da Liberdade

Nova ofensiva demagógica do governo de Ronald Reagan. Desta vez ele se aproveitou do centenário da Estátua da Liberdade para apresentar os Estados Unidos como campeões da democracia no mundo. Uma festa hollywoodiana, com a presença de muitos artistas, turistas, delegações estrangeiras e chauvinismo.

Foi o francês Frederic Auguste Bartholdi quem esculpiu a estátua e doou-a aos Estados Unidos. Sua intenção era homenagear o centenário da independência dos EUA, em 1876, mas problemas econômicos fizeram com que a obra só fosse montada em Nova Iorque em outubro de 1886. Com 46 metros de altura, a "estátua da liberdade que ilumina o mundo" - como a chamava seu escultor - foi colocada na ilha Bedloe.

Mas nesse período já não se podia dizer que os Estados Unidos simbolizavam a liberdade. Pelo contrário, países como a Nicarágua, México, Argentina, Paraguai, Uruguai e Panamá haviam sido invadidos ou sofriam pressões e ameaças das tropas estadunidenses. A Casa Branca ensaiava a política expansionista que tantos dissabores trouxe aos povos do mundo neste século. No próprio território norte-americano, os proletários eram vítimas de cruel repressão da parte das classes dominantes. Sintomaticamente, no mesmo ano de 1886, em 1º de maio, a polícia atacou militantes operários nos acontecimentos que acabaram dando origem ao Dia Internacional dos Trabalhadores, em memória dos Oito de Chicago e em luta pela jornada de oito horas de trabalho diárias.

INIMIGOS DOS POVOS

A festa promovida pelo governo de Ronald Reagan para comemorar os 100 anos da estátua e o aniversário da Independência dos EUA (4 de julho) seguiu a linha chauvinista e de exaltação do espírito belicista que tem caracterizado as ações publicitárias de sua administração. Na

esteira de filmes que cantam a violência e a agressão militar contra outros países - como *Rambo*, *Comando para matar* -, a Casa Branca promoveu homenagens a ex-combatentes da Guerra do Vietnã, incentivou a execução de músicas patrioteiras e ainda instituiu uma medalha a ser entregue aos "campeões da liberdade".

Qualquer semelhança entre os "campeões" homenageados e a luta pela liberdade é puro golpe publicitário. Basta citar o exemplo de dois laureados: Henry Kissinger - que foi atuante na intervenção militar contra o Vietnã e defende atualmente a invasão da Nicarágua por tropas ianques - e o ator Bob Hope, que fez sucesso nos cinemas há algumas décadas e foi ressuscitado anos atrás para fazer shows nos navios norte-americanos que bombardeavam Beirute durante a invasão israelense.

ATOS DE VANDALISMO

As festividades contaram ainda com a participação de mais de 40 mil barcos de 30 países, que desfilaram diante da estátua. Dentre as embarcações, um navio chileno que foi utilizado como centro de tortura a democratas pelos militares comandados pelo ditador Augusto Pinochet. Aliás, Ronald Reagan passou em revista o encouraçado Iowa, que foi utilizado pelos Estados Unidos na agressão à Coreia nos anos 50.

Mas a distância entre o tom das comemorações e a luta pela liberdade não se limitou a isso. Ronald Reagan ainda fez publicar na imprensa norte-americana e nos jornais pró-ianques espalhados pelo mundo um artigo por ele

assinado entoando loas à liberdade - naturalmente, a liberdade da burguesia imperialista explorar os povos.

O chefe da Casa Branca não teve pejo em escrever: "Através da *Voice of America* e da *Radio Marti* (direcionada contra Cuba), nós levamos a verdade" até as pessoas que, segundo ele, não respeitavam a liberdade de palavras. As duas emissoras, administradas com supervisão direta da CIA, primam pelas calúnias que veiculam contra as lutas de libertação encetadas nos vários pontos do globo. Reagan também arriscou argumentar que a invasão criminosa de Granada por tropas estadunidenses levou a "liberdade" ao povo da pequena ilha agredida.

A desfaçatez do governante ianque não parou aí. O presidente ainda abordou o papel dos EUA - em particular de sua esposa, Nancy - no combate às drogas em todo o mundo. Isso quando seu governo financia mercenários somozistas - comprovadamente envolvidos no tráfico de drogas -, dá respaldo a ditaduras ligadas ao narcotráfico - como a de Stroessner, no Paraguai -, e quando é notório o envolvimento das tropas norte-americanas sediadas no exterior não só no tráfico de drogas como também no abuso sexual de crianças a partir de três anos de idade!

ENCENAÇÃO

Realmente as festividades do centenário da Estátua da Liberdade podem ser comparadas com as produções cinematográficas de Hollywood. Para ser mais preciso, podem ser comparadas com o que de pior Hollywood produziu - a sua safra já decadente de musicais açucarados, com caráter racista (como alguns estrelados por Bob Hope) e absolutamente desligada da realidade da vida. Abaixo disso, só quando Ronald Reagan é o ator principal. E foi esse o caso... (Carlos Pompe)

Unidade na luta, grande conquista chilena

A greve geral dos dias 2 e 3, no Chile, parece apresentar como saldo algo mais que os sete mortos e mais de 400 presos pela ditadura. Em face da insistência de Pinochet em permanecer no poder "até o ano 2000", as forças de oposição confirmaram na prática que só com luta e união poderão por fim à tirania.

Dois traços marcaram as características da situação política do Chile após a greve. O primeiro é quase a inacreditável disposição do general Pinochet de não deixar o governo ainda que esteja praticamente sozinho no Palácio de La Moneda. O segundo é a convergência dos diversos setores de oposição para uma atuação cada vez mais unitária. Na soma destes dois fatores pode estar sendo selada a sorte da ditadura que há quase treze anos castiga o povo chileno.

Os números da greve falam por si mesmos. Apenas nos dois dias de paralisação, mais de 400 pessoas foram detidas, em sua maioria nos bairros pobres (as *poblaciones*) que circundam a capital, Santiago. Sete pessoas foram assassinadas pelas forças de repressão, por vezes com requintes de

barbaridade - um jovem de 22 anos e sua companheira de 19 morreram depois que policiais os incendiaram e abandonaram nos arredores de Santiago.

A ferocidade com que Pinochet reage à crescente insubordinação dos chilenos reflete o isolamento em que se encontra hoje. Até mesmo no Exército, que o colocou no poder em 1973, há setores temerosos da radicalização que se processa no quadro político chileno e que, segundo analistas, especulam sobre a possibilidade de substituir o general e iniciar uma transição "controlada" a uma democracia "moderada". Também no plano externo o regime militar chileno perde rapidamente apoio, inclusive o de seu principal aliado, os Estados Unidos. Escaldado, ao que parece, pelas experiências

com Ferdinand Marcos, nas Filipinas, e Baby Doc, no Haiti, o governo Reagan vem tentando demover setores militares e cooptar forças moderadas de oposição para uma saída que preserve seus interesses no país.

Pelo lado da oposição, os esforços de unidade ganharam impulso, ao que tudo indica, com a fundação da Assembléia Nacional da Civilidade, em abril. Foi este embrião de frente única opositora que convocou a paralisação dos dias 2 e 3, indicando que vai se tornando uma alternativa viável de poder.

Agora, caberá às forças mais consequentes da oposição à ditadura zelar pela preservação da inédita unidade alcançada na greve geral. Ao mesmo tempo, estará nas iniciativas unitárias tomadas "por baixo", diretamente pelo povo, a chave para reunir os dois ingredientes capazes de conduzir à derrota final de Pinochet: unidade e luta.



Militares prendem manifestantes em Santiago durante a greve de 2 e 3 de julho contra Pinochet

Fracassa quartelada nas Filipinas

Partidários do ditador Ferdinand Marcos, liderados pelo ex-ministro das Relações Exteriores, Arturo Tolentino, tentaram desencadear um golpe militar contra o governo de Corazón Aquino, nas Filipinas. Mas o arremedo de quartelada, ocorrido no domingo, dia 6, à noite, com a ocupação do luxuoso Hotel Manila - não teve maiores consequências, sendo facilmente debelado pelo governo.

Arturo Tolentino conseguiu a adesão de aproximadamente 300 militares, entre

os quais em torno de seis generais saudosos da ditadura de Marcos. Evidentemente, a iniciativa não contou com nenhum apoio popular e, embora Tolentino - em nome do ex-presidente filipino atualmente exilado nos Estados Unidos - tenha ensaiado a formação de um novo governo, no final das contas o golpe mais parecia uma caricatura. No dia seguinte, como determinou o governo, o hotel foi desocupado.

De qualquer forma, o movimento dos militares

evidencia que as forças golpistas ainda não foram definitivamente varridas daquele país, o que se deve também à falta de firmeza do governo para enfrentá-las. Corazón Aquino - que, embora tenha alcançado o poder fundamentalmente através de uma grande mobilização de massas, fez acordos com setores direitistas do país e com o imperialismo ianque - preferiu uma solução negociada com militares golpistas que, pelo visto, não sofrerão grandes punições.

Dívida leva o México para a recessão

As previsões inflacionárias no México estão estourando. A inflação acumulada no primeiro semestre deste ano já chegou a 40,6% - e a meta governamental para este ano inteiro era de 60% de inflação. Agora já não há quem acredite que a inflação fique abaixo de 100%.

O Banco do México (banco central do país) informou que a alta de preços ao consumidor em junho - o mês do campeonato de futebol - foi de 6,4%, a maior desde janeiro, quando os preços pularam 8,8%. O Ministério das Finanças admitiu, no final de junho, que a economia do país está em franca recessão, o que multiplica ainda mais o número de desempregados. Segundo previsão de alguns economistas, a economia este ano registrará queda de 3 a 4%, depois de crescer 2,7% em 1985. É o resultado da aplicação das regras do FMI no país.

SITUAÇÃO DE PENÚRIA
O terrível espetáculo dado pelos milhões de desempregados e famintos ou pela brutal poluição da capital mexicana é impressionante. Na Cidade do México vivem 19 milhões de pessoas, das quais 50 mil foram desalojados pelo terremoto de setembro de 1985. Ainda existem muitas casas sem água potável e remédios. A



Mexicanos tentam comprar dólares para enfrentar a inflação

cidade é considerada das mais - ou mesmo a mais - poluída do mundo.

Os números são esmagadores: 60 mil empresas descarregam diariamente, sobre a cidade, 11 mil toneladas de poeiras metálicas, gases químicos e gás carbônico, envolvendo a capital num permanente nevoeiro cinzento, ácido e mal cheiroso, responsável pela morte de milhares de crianças todos os anos e sequelas para o resto da vida.

Desempregados e camponeses arruinados aglomeram-se na capital e nas principais cidades do país. Centenas de milhares de trabalhadores mexicanos emigram clandestinamente para os Estados Unidos. A crise econômica é de tal

maneira profunda que muitos bancos credores recusam-se a conceder mais empréstimos ao México, levando seu governo a aumentar a inflação (prevê-se de 100 a 120% este ano), a desvalorizar o peso (moeda local - só num mês desvalorizou 100%) e a aumentar o desemprego, para garantir o pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações).

Apesar das muitas dificuldades, os trabalhadores mexicanos lutam por melhores condições de vida. Ao longo de 84/85, sucederam-se no país várias lutas sociais, marchas de camponeses e conflitos trabalhistas que envolveram desde operários a setores pequeno-burgueses, como professores e funcionários públicos.

França confessa culpa em atentado

O governo francês reconheceu que é culpado no episódio que resultou no afundamento do navio *Rainbow Warrior*, do movimento pacifista *Greenpeace* no litoral da Nova Zelândia em julho de 1985. O atentado ocorreu quando os pacifistas protestavam contra os testes nucleares franceses. O fotógrafo português Fernando Pereira, único que não saiu do navio antes do naufrágio, morreu em consequência do incidente.

Na ocasião, dois agentes secretos franceses foram

presos pelo governo da Nova Zelândia. A França também concordou em pagar 100 milhões de dólares em troca pelos dois espiões, ao mesmo tempo em que apresentou um pedido formal de desculpas.

Com isto, fica evidente (e admitido) o caráter criminoso dos testes nucleares realizados pelo imperialismo francês em mares alheios. Na ocasião, o atentado ao navio chocou a opinião pública mundial, mas o governo de François Mitterrand tratou de tentar des-

mentir qualquer culpa no episódio. Aliás, só reconheceu agora com a finalidade de libertar os dois funcionários do seu serviço de informação que foram presos pelo governo da Nova Zelândia - Alain Mafart e Dominique Prier -, que deverão ser "soltos de sua prisão pouco depois de 25 de julho e imediatamente transferidos" para uma base militar francesa (ilha Hao) próxima a área de testes nucleares da França no Atol de Mururoa, no Pacífico Sul.

Kossovares condenados na Iugoslávia

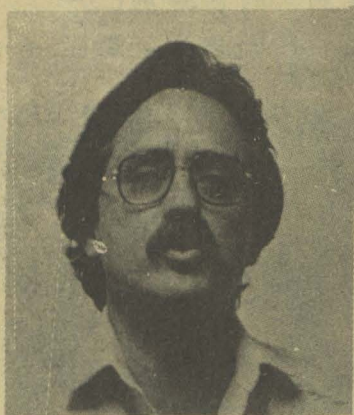
A agência de notícias *France Presse* anunciou que, entre maio e junho, mais de 100 albaneses foram condenados a penas de até 15 anos de prisão em Kossova, na Iugoslávia. A própria agência de notícias Tanjug, da Iugoslávia, admitiu que em decorrência de um processo judicial iniciado no dia 9 de junho no tribunal de Pristina (capital da região de Kossova), 17 albaneses foram condenados a pesadas penas, que chegam a 11 anos de prisão. Os condenados

são, em sua maioria, estudantes e funcionários da área de Educação. Também operários foram vítimas dos julgamentos arbitrários.

Os processos contra kossovares tornaram-se frequentes nos últimos tempos, dando maior dimensão à onda de perseguições de que são vítimas. No dia 20 de junho mais sete albaneses foram condenados a penas de até seis anos de prisão. Em Tivar, na região de Montenegro, foi iniciado outro processo judicial

contra outros seis albaneses.

A acusação é de que os kossovares desenvolvem atividades "nacionalistas". Na verdade, o que ocorre é que os habitantes de Kossova reivindicam o direito - que a Constituição iugoslava lhes garante - do *status* de república na federação iugoslava. Mas os chauvinistas sérvios e croatas, que impõem seu domínio sobre as demais nacionalidades iugoslavas, negam-se a cumprir esse preceito constitucional.



Aldo, candidato à Constituinte

Forte presença popular na convenção do PMDB de Goiás

A convenção do PMDB, dia 5 em Goiânia, homologou sua candidatura do senador Henrique Santillo para o governo do Estado. Programada pra o Ginásio Rio Vermelho, a convenção foi transferida para o Estádio Olímpico, devido a um incêndio (há suspeitas de que foi criminoso) ocorrido durante a abertura dos trabalhos.

Em meio a grande euforia, o PMDB goiano homologou seus candidatos para as eleições de 15 de novembro. No que se refere às coligações, o partido só as fez com três legendas inexpressivas: PL, PN e PSC. O objetivo foi aumentar o número de legendas para abrigar os candidatos do PMDB que seriam preteridos.

BLOCO POPULAR

O Bloco Popular do PMDB participou ativamente deste acontecimento que no total reuniu mais de 20 mil pessoas. A presença organizada do bloco deu um colorido especial à convenção. Aldo Arantes e Edmundo Galdino, candidatos a deputado constituinte e deputado estadual, ocuparam boa parte do visual do estádio com suas faixas e cartazes. Despertou grande curiosidade a alegoria de um boi representando a UDR e um toureiro "a la Araken", que o domava com uma bandeira onde estava inscrito: "Aldo Arantes pela reforma agrária". (da sucursal)

PC do B reúne 700 pessoas em Cuiabá

Mais de 700 pessoas participaram da convenção regional do PC do B, dia 6, em Cuiabá. Pela primeira vez na história política de Mato Grosso os comunistas realizaram uma convenção nas dependências da Assembleia Legislativa. As massas trabalhadoras estiveram representadas por caravanas do interior e dos bairros da capital. Os debates giraram em torno da homologação da candidatura de Aluizio Arruda para deputado estadual - aprovada por unanimidade - e do protocolo anteriormente firmado pelo PMDB, PSB, PSC e PC do B com intenção de se coligarem.

Aluizio Arruda presidiu a mesa e durante a abertura relatou o crescimento do partido, que hoje conta com cerca de 1.500 filiados e oito comissões municipais provisórias. Estiveram presentes várias personalidades da área sindical e de movimentos de bairros; o secretário geral da executiva nacional do PC do B, Dyneas Aguiar; vários candidatos a deputado federal, entre eles o vereador Antero Paes de Barros; os candidatos a senador e a vice-governador, respectivamente, Márcio Lacerda e Edson Freitas, todos do PMDB e apoiados pelos comunistas.

Dyneas Aguiar encerrou a convenção fazendo uma explanação sobre as propostas que o PC do B defenderá na campanha eleitoral e na confecção da nova constituição. (da sucursal)

Discriminação antidemocrática em São Paulo

A candidatura de Orestes Quêrcia ao governo de São Paulo foi homologada pela convenção regional do PMDB realizada no dia 6, que também indicou o presidente do partido, Almino Afonso, para vice e compôs a chapa dos pretendentes ao Senado, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

Não se pode dizer que tenha sido um espetáculo muito democrático. Episódios lamentáveis (e alguns mesmo grotescos) desvirtuaram o caráter da reunião, ameaçaram (ainda mais) a necessária unidade do partido e das forças democráticas e acabaram jogando água no moinho da direita, ou, mais precisamente do candidato do PDS ao governo estadual, Paulo Salim Maluf.

NÃO À COLIGAÇÃO

No final, prevaleceu a visão dos setores direitistas do partido em relação à possibilidade de coligação com outras organizações políticas. A convenção decidiu que o PMDB não fará coligação com nenhum outro partido nem para as eleições majoritárias nem, muito menos, para as proporcionais.

Esta orientação demonstra uma vez mais que predominou a postura arrogante e antidemocrática que contribuiu para o desastre eleitoral do ano passado, quando Fernando Henrique Cardoso perdeu a Prefeitura

para Jânio Quadros. Ficou evidentemente mais difícil a união das forças democráticas, presentes em vários partidos, contra o avanço da direita.

Mas o grupismo, a prevalência de interesses mesquinhos, não ficou limitado à atitude para com os aliados. Na formação das chapas de candidatos à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa afloraram os descontentamentos de grupos e políticos do partido.

Isto deu espaço para a veiculação distorcida e tendenciosa dos fatos nos jornais, sempre em benefício do senhor Paulo Maluf. A "Folha de São Paulo", por exemplo (jornal de velha e crescente inclinação malufista), divulgou, na sua edição do dia 7, a versão mentirosa de que o secretário de Obras de Mauá (SP), José Carlos Grecco, preterido na chapa para a Assembleia Legislativa (e que, por isto mesmo, tumultuou a convenção do PMDB), era ligado ao PC do B. Os comunistas soltaram nota desmentindo a notícia irreal e caluniosa.

Tudo isto demonstra que os dirigentes do partido, além de não terem compreendido as lições do passado recente, ainda estão presos a uma visão exclusivista e limitada da realidade, que decorre com certeza de interesses menores e os impede de enxergar a necessidade de forjar uma grande frente democrática para evitar a vitória de Maluf.



Bomfim (de óculos) e Collor carregados na convenção do PMDB

Alagoas quer pôr abaixo o domínio do PDS-PFL no Estado

Cerca de 10 mil pessoas lotaram o ginásio do Clube Fênix, em Maceió, para a convenção do PMDB de Alagoas, no último dia 6. Na beira da praia, mais uma multidão entusiasmada cantava e pulava ao som do samba e do frevo. Balões, foguetes, jangadas com os nomes dos candidatos populares nas velas, trios elétricos animavam a orla marítima.

O deputado federal Fernando Collor e o deputado estadual Maocir Andrade foram escolhidos para serem candidatos a governador e vice, e para o senado foram homologados os nomes de Teotônio Vilela Filho, Mendonça Neto, Rubens Villar e João Lyra. A coligação do PMDB com o PC do B foi recebida com euforia pela multidão. Foram aprovadas também coligações com o PTB e o PSC.

CANDIDATOS POPULARES

Estavam presentes caravanas e torcidas entusiasmadas de apoio aos candidatos populares do PMDB: Eduardo Bomfim (constituinte), Alba Correia, Luciano Barbosa e Claudionor Araújo (deputado estadual). Bomfim foi recebido com festa e vibração e ao

final da convenção foi carregado nos ombros do povo, junto com o candidato a governador Fernando Collor.

A convenção mostrou o tom mudancista que está impregnado em todo o partido, pela disposição de derrotar nas urnas as oligarquias que dominam Alagoas - hoje simbolizadas na dupla Divaldo Suruagy-Guilherme Palmeira, do PDS-PFL, símbolos da corrupção, da violência e do atraso econômico, social e cultural em que vive o Estado.

O candidato a senador, Teotônio Vilela Filho, afirmou sua disposição de "prosseguir, eleito para o Senado, a luta de meu pai, Teotônio, pela liberdade, pela justiça e pela soberania nacional". Fernando Collor, candidato do governo, reafirmou sua disposição de fazer uma administração de mudanças efetivas no Estado. Saudou os partidos que se coligaram, com especial ênfase para "o bravo e aguerrido Partido Comunista do Brasil, o PC do B". O candidato comprometeu-se a combater a corrupção e a violência impune em Alagoas. (da sucursal)



Este fazendeiro goiano doou 20 bois para ajudar a eleger a bancada do latifúndio

UDR lança e financia os candidatos do latifúndio

A famigerada UDR (União "Democrática" Ruralista) está jogando pesado na eleição, este ano, de deputados constituintes que defendam o latifúndio contra qualquer tentativa de reforma agrária. Este sábado, dia 12, no Parque Agropecuário de Goiânia, ela debate em um encontro nacional a sua conduta e os seus candidatos na campanha eleitoral.

Foi em Goiás que a UDR nasceu, em maio do ano passado, durante um leilão de 1.400 cabeças de gado para financiar a resistência à reforma agrária. É também de uma conhecida oligarquia goiana, proprietária de grandes extensões de terras, o presidente nacional da entidade, Ronaldo Ramos Caiado. E o próprio Caiado admite que a UDR pretende "apresentar uma proposta aos deputados que nos representarão na Constituinte".

Questionado sobre o número de candidatos à Constituinte que seus liderados pretendem eleger, Ronaldo Caiado afirmou que "a UDR não vai traçar uma meta numérica em termos de eleição de integrantes constituintes". Mas em seguida admitiu que, "como toda entidade", ela "vai identificar aqueles homens que mais comungam conosco, que pensam como produtor rural (sic) e que estarão lá para defendê-lo".

Cz\$ 10 milhões na "caixinha" dos leilões em Goiás

Até agora, em Goiás, a entidade ainda não "deu nome aos bois", ou melhor, aos candidatos. Sabe-se no entanto que na grande maioria são filiados ao PDC, do postulante ao governo Mauro Borges, ao PDS e PFL. Pelo menos um deles, Paulo Roberto Cunha, do PDC, é membro da UDR e assume abertamente a defesa dos auto-intitulados "produtores rurais". Ary Valadão e Siqueira Campos, candidatos à Constituinte respectivamente pelo PDS e PDC, também se enquadram perfeitamente nos critérios uderistas. Mas a organização também deposita confiança em gente do PMDB como Irapuam Costa Júnior, postulante ao Senado, e José dos Santos Ferreira, que pretende reeleger-se deputado federal.

A UDR se posiciona igualmente quanto aos governos estaduais e, em Goiás, já manifestou apoio ao virtual candidato do PDC, Mauro Borges. O vice de Mauro, Joaquim Quinta, latifundiário no Bico do Papagaio, é filiado à organização e está envolvido em conflitos de terra. Foi em terras reivindicadas por Quinta que o pistoleiro Trajano Bueno Bicalho assassinou o posseiro Divino Borges dos Santos, em 4 de julho de 1985 - conforme denuncia o relatório sobre a estrutura agrária e a violência entregue ao ministro Paulo Brossard pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Os "escolhidos" da UDR contarão com gordos recursos provenientes dos leilões de bois. O próprio Ronaldo Caiado revelou que a entidade possui em caixa, no momento, mais de Cz\$ 10 milhões. Como diversos outros leilões estão programados, a tendência da "caixinha" é engordar.

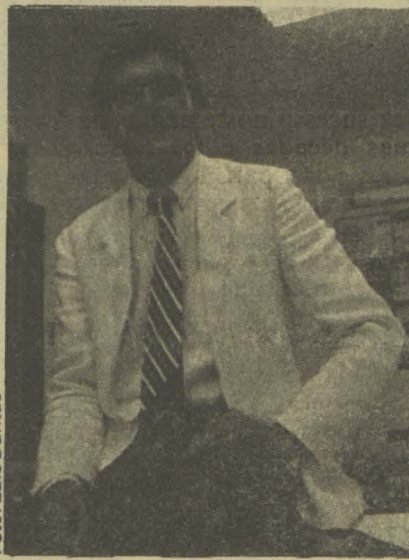
Este esquema se choça com a

O poder dos bois

O latifúndio brasileiro, descendente direto dos senhores de escravos, não é uma classe social dada a sutilezas. Na hora de empregar o poder econômico para eleger seus homens na Assembleia Constituinte, nos governos estaduais e Assembleias Legislativas, usa e abusa, apelando para os leilões de gado, sem o menor pudor. Seu recém-criado instrumento na guerra à reforma agrária, a UDR, pouco se importa em ocultar a caixinha multimilionária que está montada para a eleição de novembro. Não tem a sofisticação dos monopólios industriais

e financeiros, nacionais e estrangeiros, que também jogam pesado com o poder do dinheiro na campanha eleitoral, porém de forma a dificultar um flagrante.

Frente à ofensiva da UDR, os trabalhadores rurais de Goiás recorrem a um expediente corretíssimo: vão divulgar listas dos candidatos ligados ao latifúndio, seja de que partido forem, alertando o eleitorado. É indispensável que o povo saiba, ao votar, sobretudo para a Constituinte, quem está do seu lado e quem joga no time dos seus exploradores.



Ronaldo Caiado não revela números

organização dos trabalhadores. O presidente da Fetaeg, Divino Goulart, informa que a federação vai remeter a todos os sindicatos de trabalhadores rurais uma lista dos candidatos ligados ao latifúndio, "para ser discutida com os filiados".

Em Feira a UDR foi recebida com protesto de rua

Já em Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia, a fundação da UDR baiana, dia 7, foi objeto de uma passeata de repúdio com participação de mais de mil pessoas e 41 entidades urbanas e rurais. As faixas e cartazes traziam inscrições como "Fora Caiado" e "Chega de violência". Na Câmara Municipal de Feira, o vereador Messias Gonzaga, do PC do B, encaminhou uma moção exigindo "a imediata dissolução desta UDR que vem pondo em polvorosa a vida dos pacatos homens do campo brasileiro".

A organização dos latifundiários terminou transferindo o local de sua reunião, do Feira Palace Hotel para a Boate Clube Cabaret, alegando uma misteriosa ameaça de bomba. Mesmo assim, ali estiveram o presidente nacional uderista, Ronaldo Caiado, os vices Salvador Sidney Farina e Altair Veloso, e o presidente de São Paulo, Roosevelt Roque. O presidente da entidade em Feira, Gileno Calheira, foi lançado na ocasião como candidato à Constituinte. Calheira é dono de propriedades rurais nos municípios de Mundo Novo, Ipirá, Baixa Grande e Teodoro Sampaio.

A recém-criada UDR baiana já arrecadou entre os fazendeiros 350 bois e 32 bodes, que pretende leiloar dentro de 30 dias. E não faz segredo: o dinheiro é para eleger deputados, já que, segundo o

vice Altair Veloso, "a luta da entidade é também ideológica", pois "no dia em que desagregarem o princípio da propriedade, serão formados os sem-terra". Já o presidente da Federação dos Trabalhadores Agrícolas da Bahia, Aurelino Bastos, presente na manifestação do dia 7, tem opinião oposta. Para ele, "o governo precisa olhar com muito cuidado para a UDR, pois fundaram uma entidade fazendo leilão de gado, essa grande quantidade de dinheiro será usada em alguma coisa e certamente comprar armas será uma delas".

Em Prudente uma campanha baseada em mentiras

No Estado de São Paulo, o núcleo mais possante da UDR fica na região de Presidente Prudente. Ali a organização nasceu em setembro do ano passado, depois que 200 famílias sem terra invadiram a fazenda Água Sumida, em Teodoro Sampaio, de propriedade de um genro do hoje ministro Abreu Sodré. Os poderosos fazendeiros da região passaram a falar em fazer uso da força, em organizar uma milícia regional. Para fundarem sua organização, promoveram dois leilões, um de 2 mil cabeças de gado, em Presidente Prudente, outro em Presidente Venceslau, de mil cabeças. Só com isso arrecadaram cerca de Cz\$ 10 milhões.

Agora esse dinheiro está sendo repassado para a campanha eleitoral da Paulo Alves Pires, candidato a deputado estadual pelo PFL de Teodoro Sampaio, que já distribuiu material de propaganda junto com Paulo Maluf. Em dobradinha com Paulo Pires, Flauzilino Araújo dos Santos, hoje vereador em Teodoro, pelo PDS, também recebe dinheiro da UDR. O mesmo acontece com Inocêncio Erbel, que já foi três vezes prefeito de Venceslau pela Arena-PDS e concorre agora a deputado estadual pelo PFL.

O esquema eleitoral da UDR na região de Prudente é dirigido contra a candidatura de Mauro Bragato, deputado estadual do PMDB, que concorre à reeleição e tem vínculos com os movimentos de trabalhadores rurais. Os latifundiários chegam a percorrer glebas de posseiros, espalhando o absurdo de que Bragato e o Plano Nacional de Reforma Agrária iriam tomar aquelas terras. Presidente Prudente e os municípios circunvizinhos formam uma área de São Paulo onde são comuns os conflitos entre posseiros e pretensores proprietários de terras. (das sucursais)

CPI acusa Delfim na negociata das Polonetas

Finalmente foi divulgado e encaminhado à Procuradoria Geral da República, o resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal sobre o Tratado Brasil-Polônia, conhecida como CPI das Polonetas. A CPI conclui pela responsabilidade, nas negociatas, do ex-ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto; do ex-presidente da República, general João Baptista Figueiredo; do ex-ministro da Fazenda, Ernane Galvêas; do ex-secretário-geral do Ministério da Fazenda, Eduardo Pereira de Carvalho; do ex-dirigente do setor de Operações Vinculadas da Secretaria do Planejamento, José Flávio Pécora.

O Caso das Polonetas lesou o Brasil, a partir de 1980, em quase 2 bilhões de dólares. Segundo o relatório da CPI, o Tratado de Comércio Brasil-Polônia, realizado durante o governo do general Figueiredo e tendo à frente o então ministro (e atual candidato à Constituinte pelo partido de Paulo Maluf) Delfim Netto, foi um "negócio ruinoso, a revestir aspecto de autêntica 'ação entre amigos', fadada a submeter o credor, o Brasil ao arbítrio do devedor, a Polônia, que pagará a dívida contabilizada 'um dia', segundo expressão cunhada pelo ministro da Fazenda para significar que o débito poderá ser salgado no ano 2.000 ou 50 ou 100 anos mais tarde".

Embora ressaltando que o Congresso não tem "poder e capacidade jurídica de investigar a fundo o episódio, o relatório da CPI demonstra como Delfim Netto, Ernane Galvêas e seus colegas conseguiram centralizar de tal modo as decisões sobre o comércio externo - tendo a aprovação expressa do general Figueiredo -, a ponto de permitir que a Polônia pagasse suas dívidas com o Brasil emitindo promissórias (as polonetas) que serão salgadas somente quando o governo de Varsóvia o desejar - se o desejar!

A tramóia envolveu a venda de produtos brasileiros à Polônia através da empresa Comexport, ligada ao ex-secretário geral do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora - íntimo de Delfim Netto. Esta empresa recebia pelas exportações em polonetas. E estas polonetas eram imediatamente convertidas em dinheiro vivo pelo Banco Central do Brasil, por ordem expressa de Delfim e Galvêas (a quem o Banco Central era subordinado). Para se ter uma noção do volume dos negócios, basta lembrar que a Comexport foi considerada, em 1982, a "exportadora do ano" por autoridades governamentais, devido às transações com a Polônia. A empresa chegou a aumentar em 26 vezes seu patrimônio em apenas quatro anos!

Os resultados da CPI poderão ser analisados pela Câmara Federal ainda este ano. E o que se espera é que o bando envolvido nas negociatas seja punido.

UJS discute propostas para a Constituinte

A União da Juventude Socialista realizou em São Paulo, nos dias 5 e 6, uma reunião nacional que contou com a presença da Coordenação Nacional, das comissões nacionais de bairro, cultura, secundaristas e esportes e das Coordenações Estaduais de 17 Estados. Em pauta uma avaliação dos trabalhos da entidade realizados desde o congresso de Vitória, as propostas para a Assembleia Nacional Constituinte, a atuação nos movimentos secundarista, de bairros, sindical, cultural e esportivo; a organização da entidade; e um calendário de atividades para o segundo semestre.

O tema Constituinte consumiu mais da metade do tempo, em 11 horas de discussão acalorada e fraterna. As jovens lideranças definiram a plataforma de reivindicações para a Constituinte com destaque para os seguintes itens: voto aos 16 anos, proibição do trabalho ao menor de 14 anos e garantia pelo Estado do direito à saúde, educação, creche, esporte e lazer; ensino público e gratuito em todos os níveis; preservação da fauna e da flora contra qualquer tipo de exploração predatória; serviço militar opcional para ambos os sexos e direito de voto, organização e opinião para cabos, soldados e marinheiros.

TSE legisla contra as coligações

Mais uma vez o Tribunal Superior Eleitoral se outorgou o poder de legislar, desta feita contra o direito de coligação entre diferentes partidos políticos. Por sua própria conta, ao regulamentar a lei aprovada no Congresso, o TSE introduziu um parágrafo que na prática nega o espírito do texto original.

No Congresso, depois de muita discussão, ficou consagrada a liberdade dos partidos definirem em comum acordo o número de candidatos que cada um apresentaria na coligação, dentro de dois seguintes limites: 1) no caso partidos, poderiam ser registrados candidatos equivalentes ao dobro das cadeiras em disputa para a Câmara Federal; 2) no caso de coligação de três ou mais partidos, poderiam ser registrados candidatos equivalentes ao triplo das cadeiras.

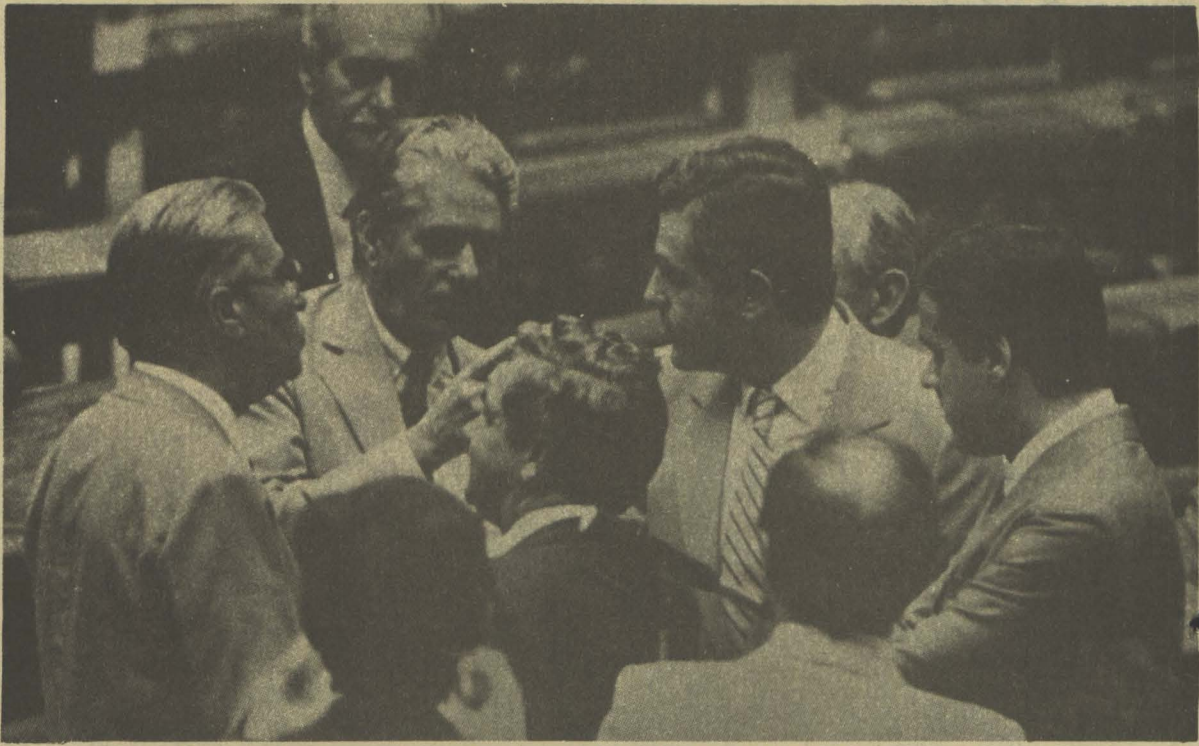
Na hora de regulamentar esta lei o TSE definiu que cada partido não poderá indicar candidatos em número superior ao definido para cada partido se se apresentasse isoladamente, sem coligação.

Em São Paulo, por exemplo,

onde existem 60 vagas para a Câmara Federal, cada partido isoladamente teria o direito de apresentar 90 candidatos a deputado federal. Mas no caso de coligação de dois partidos, poderiam ser registrados 120 e, no caso de coligação de três ou mais partidos, poderiam ser registrados 180. O partido A, coligado, apresentaria digamos 120; o partido B, 40; o partido C, 20. Mas pela interpretação autoritária e restritiva do TSE, o partido A não poderia apresentar mais do que 90. Um obstáculo deliberado portanto à coligação. No Paraná, onde o PMDB tem interesse em se coligar, vai ter que cortar 52 candidatos a deputado estadual e sete a federal.

PODER ARCAICO

O caso comum é de coligação de um partido grande, com muitos candidatos e com dificuldades para acomodar as pretensões de muita gente que quer vaga, com outros pequenos, que têm poucos candidatos. A possibilidade criada pelo Congresso de um aproveitar as vagas de outros é um incentivo



O resultado de uma disputa acirrada no Congresso foi invertido pelo TSE

democrático à coligação, permitindo ampliar as condições de disputa. Esta decisão foi flagrantemente bombardeada pelo TSE.

O fato merece o repúdio de todos os democratas. Certamente haverá reação dos parti-

dos prejudicados contra esta intromissão indevida. Ao Tribunal não cabe legislar, apenas regulamentar juridicamente as decisões do Legislativo. Em caso de alguma dúvida ou lacuna, caberia à Justiça exigir que a lei voltasse ao Parla-

mento, para que fosse explicitada ou completada a questão sobre a qual se queria legislar. A interpretação antidemocrática do TSE revela as marcas de 21 anos de ditadura e, mais, a deteriorização de um Poder que precisa ser modernizado.

Mais uma vez o apelo à força bruta

Medo e tensão se tornaram companheiros na vida diária do brasileiro. Dados mostram que a violência é a maior preocupação dos moradores urbanos. Agora se fala em enfrentar o problema mudando o Código Penal e dando mais poderes à polícia.

No dia 14 de junho o presidente Sarney assinou em Imperatriz, no Maranhão, o anteprojeto de lei de combate à criminalidade. Dez dias depois o candidato a governador de São Paulo pelo PMDB, Orestes Quêrcia, lançava o seu "pacote da segurança", propondo medidas urgentes, entre elas dar mais poderes à Rota, tristemente famosa pela sua arbitrariedade até ser parcialmente desmobilizada em 1983.

Na primeira semana de julho o ministro da Justiça, Paulo Brossard, convocou a seu gabinete o empresário Samuel Benoliel, pai de Denise, seqüestrada e morta na capital carioca, para ouvir sugestões no combate ao crime. Benoliel propôs que o governo federal declare a cidade do Rio em "estado de calamidade" e faça uma intervenção.

Estes fatos demonstram que a violência se transformou

numa das principais preocupações das autoridades. Mas métodos apresentados para combatê-la são superficiais, sem tocar na sua origem: a miséria.

NOVA CAMPANHA

Agora, volta-se a falar em combater o crime com mais rigor e com um maior aparato policial. Fala-se até na aprovação da pena de morte e de se colocar o Exército nas ruas. Estas medidas já foram colocadas em prática em outros tempos sem que a criminalidade fosse diminuída. Basta ver que na época da ditadura militar os "esquadrões da morte" e as tropas de elite tipo "Rota" mataram como nunca, sem que fossem reduzidos os assaltos e crimes.

É comum quadrilhas contarem com elementos da polícia para praticarem seus crimes. Em Cabo Frio, no litoral fluminense, duas moças e um

rapaz foram sequestrados e mortos por três soldados da PM. Depois se descobriu que faziam parte de uma gang. Na sua costureira demagogia, o governador Brizola veio à público dizer que "não vai ser com polícia e nem com força que vamos deter essa onda de violência". Afirmação correta, mas longe de ser praticada pelo líder do PDT, pois no mesmo dia a PM carioca invadiu uma favela, atirou na perna de uma menina e um outro jovem, testemunha da violência, foi morto misteriosamente logo após.

PROJETO INÓCUO

As medidas preconizadas pela Nova República estão longe de trazer a tão almejada tranquilidade ao cidadão. O próprio projeto de lei 7.860 - que altera o Código Penal -, pretendendo um maior rigor contra os crimes violentos, é conflitante em alguns pontos.

Ao mesmo tempo em que altera parcialmente a chamada Lei Fleury (que permite ao acusado responder o processo em liberdade), o anteprojeto em seu artigo 8º prevê anistia a um elenco de crimes culposos cometidos até 14 de junho último.

Em São Paulo o prefeito Jânio Quadros se elegeu batendo na tecla do combate à violência. Promessa demagógica, pois o crime continuou crescendo. Nos primeiros 165 dias deste ano ocorreram na Grande São Paulo 1.958 assassinatos, 52.389 roubos e foram furtados e roubados 21.681 veículos. Cedendo aos apelos direitistas, Quêrcia envereda por este leito propondo fazer da segurança uma das principais bandeiras da sua campanha. E quer até mesmo o retorno da Rcta às ruas, dizendo que "é um batalhão de elite que realmente aterroriza os bandidos".

A opinião de Engels

Em 1845, o jovem Friedrich Engels foi quem primeiro relacionou a miséria urbana como a causa fundamental da criminalidade, associada, naturalmente, a todo um conjunto de condições diretamente vinculadas à Revolução Industrial. No seu livro *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels afirmava:

"A revolta dos trabalhadores contra a burguesia iniciou-se pouco depois do princípio do desenvolvimento industrial e atravessou diversas fases. (...) A primeira forma, a mais brutal e a mais estéril que essa revolta revestiu foi o crime. O operário vivia na miséria e na indigência e verificava que outros gozavam de melhor sorte. A sua razão não conseguia compreender o porquê de ser precisamente ele a ter de viver nessas condições, enquanto fazia mais em benefício da

sociedade do que o rico ocioso. A necessidade vendeu, para além disso, o respeito inato pela propriedade e começou a roubar. Vimos já que o número de delitos aumentou com a expansão da indústria, e que o número de prisões está em relação constante com os fardos de algodão vendidos no mercado. Mas os trabalhadores depressa constatarem a inutilidade desse método. Os delinqüentes, com seus roubos, limitavam-se a protestar isoladamente, individualmente, contra a sociedade; todo o poder da sociedade se abatia contra cada indivíduo e o esmagava do alto de sua imensa superioridade. Além disso, o roubo era a forma menos evoluída, menos consciente de protesto e por esta simples razão nunca constituiu a expressão geral da opinião pública dos operários, ainda que eles pudessem aprová-la tacitamente".



Polícia com armamento pesado invade os bairros pobres e atira em tudo que se move

Governo continua omissso diante do boicote da carne

Acentuou-se em todo o país, durante os últimos dias, a falta de carne nos açougues e supermercados. A arrouba do produto, tabelada pelo governo a Cz\$ 215 em março, vem sendo descaradamente vendida a Cz\$

300, em consequência da escassez.

As autoridades, porém, continuam relutando em utilizar a Lei Delegada nº 4, instrumento que, em teoria, foi criado para garantir o abastecimento do

mercado a preços congelados e impedir a especulação. Por meio dela, o Estado poderia forçar os pecuaristas a efetuar o abate do gado destinado ao corte, colocando fim à sonegação.

AÇOGUES PARADOS

A flutuação livre dos preços da carne ao nível do produto agora está afetando até mesmo os frigoríficos, levando vários deles a suspender a compra de bois. Em diversos pontos do país, os açougueiros decidiram fechar as portas dos seus estabelecimentos, já que não têm como comercializar o produto pelos preços tabelados sem prejuízo. Eles só conseguem adquirir carne bovina pagando ágio.

Em Belo Horizonte (MG), os proprietários de açougues entraram em greve; com piquetes, fecharam os estabelecimentos que ainda vendiam carne acima do preço estabelecido pela Sunab. Na cidade paulista de Presidente Prudente, cerca

de 200 açougues também paralisaram suas atividades a partir do dia 8.

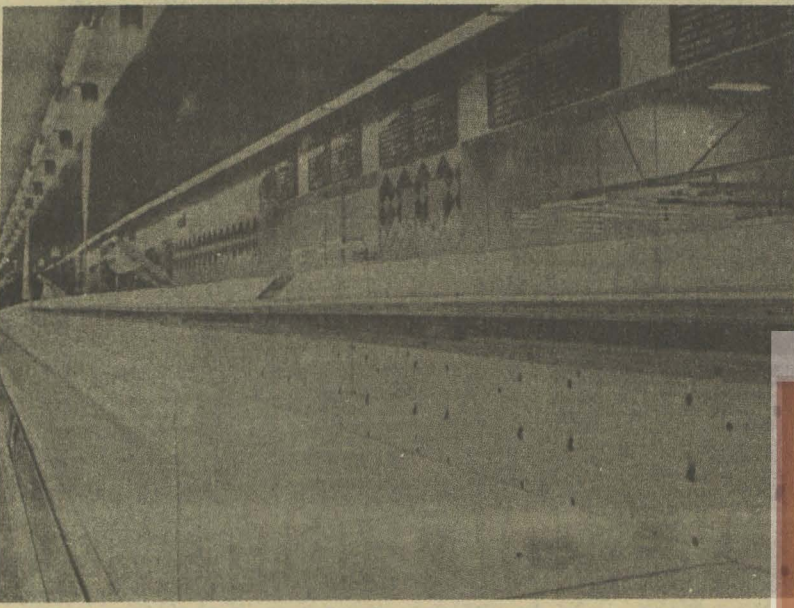
Conforme Oswaldo da Silva, presidente da Associação de Açougueiros do município, "os frigoríficos estão vendendo com preços de Cz\$ 3 a 5 por quilo acima da tabela. Diariamente, são abatidos 100 mil cabeças na região, sendo que apenas 5 mil ficam para o consumo da população". Os açougueiros saíram em passeata, dia 8, pelo centro da cidade, com cartazes e faixas exigindo o respeito ao congelamento e providência das autoridades neste sentido.

PRESSÃO DOS MONOPÓLIOS

Na realidade, em São Paulo, tanto na capital quanto no interior, já é praticamente impossível comprar carne bovina. Nas raras vezes em que se logra achar o produto, sempre de segunda e necessariamente em longas filas para adquiri-lo.

Com isto, o congelamento

dos preços estabelecidos pelo governo em março vem sendo burlado e desmoralizado. Duas medidas positivas adotadas pelas autoridades foram a proibição da exportação de carnes (o Brasil exporta cerca de 32 mil toneladas por mês, sendo um dos principais abastecedores do mercado mundial), que deve prevalecer até que a escassez no mercado interno seja superada, segundo o ministro Dilson Funaro; e o recuo do ministro da Agricultura, Íris Resende, que suspendeu a portaria nº 268/86, que permitira a utilização do hormônio e substâncias contra o congelamento, ao mesmo tempo, tornou-se ainda maior. O presidente da Fiesp, Luiz Eulálio Vidigal, em nome da entidade, pronunciou-se a favor da imediata suspensão do congelamento dos preços - o que, como o próprio Funaro acentuou, só viria prejudicar os interesses do povo e fazer recrudescer o processo inflacionário no país.



Supermercado com a prateleira de carne vazia, agora virou rotina

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Tática para a Constituinte

A Constituinte a ser eleita em 15 de novembro terá enorme importância na luta pela democracia no país. Mas evidentemente não terá condições de superar os limites burgueses. Poderá promover alterações no Estado no sentido de garantir maior liberdade aos trabalhadores, mas não terá como alterar o conteúdo central do Estado capitalista.

EVITANDO EQUÍVOCOS

Alguns consideram, por isto, que o povo não deveria "sujar as mãos" nesta luta. Outros, com concepções reformistas, defendem que a tarefa dos trabalhadores é promover sucessivas mudanças no Estado, até que num determinado ponto as forças proletárias tenham maioria parlamentar e possibilidade de fazer valer suas propostas. As duas concepções são equivocadas e levam o proletariado ou a se isolar da luta das massas ou a se colocar a reboque das classes dominantes.

Os comunistas, ao aprovar na semana passada teses de combate para participar da Constituinte, adotaram uma posição revolucionária, tratando de abordar, no curso dos acontecimentos, as tarefas que educam e organizam as massas.

As teses cuidam de obter certas conquistas para os trabalhadores. Especialmente ao bombardear o caráter reacionário do presidencialismo e propor alterações no Congresso Nacional, para que se chegue a um governo de coresponsabilidade. Ao mesmo tempo tratam de educar as massas ajudando-as a fazer sua experiência na luta pelo poder.

Na própria luta o povo comprova que é vantajoso alcançar um governo democrático em substituição a um governo ditatorial, mas que só um governo de tipo novo, socialista, poderá resolver os problemas maiores.

REIVINDICAÇÕES IMEDIATAS

A reivindicação de uma bancada classista de operários e camponeses no Congresso não é suficiente para levar o povo ao poder. Mas serve para demonstrar o conservadorismo do Congresso atual e revelar o caráter oligárquico da atual composição do parlamento. De imediato tem o papel de fazer o Congresso ouvir a voz dos trabalhadores, que são a maioria da população mas que não têm o direito de se fazerem representar no Legislativo.

Em relação à luta pela terra também os comunistas não se perdem em questões abstratas. Do ponto de vista geral, defendem que só uma reforma agrária radical, antilatifundiária, pode resolver a questão. Mas de imediato, na luta por uma Constituição moderna, avançada, tratam de apresentar propostas mobilizadoras e viáveis, capazes de aglutinar grande número de aliados para golpear o latifúndio, embora com medidas parciais e progressivas.

TÁTICA REVOLUCIONÁRIA

Por tudo isto vê-se que o PC do B adota uma tática de acordo com os ensinamentos de Lênin. O grande dirigente do proletariado sempre insistia que ao par de princípios revolucionários, a vanguarda da classe operária tinha que dispor de uma política flexível - fiel aos princípios - mas que pudessem, no curso dos combates, mobilizar amplas massas. E no desenrolar das lutas aproximar a imensa maioria dos trabalhadores dos objetivos maiores. Tais objetivos não se tornam conscientes por mágica ou por simples discursos, mas pela experiência prática.

Na batalha da Constituinte o PC do B preocupa-se em mobilizar e organizar as massas e fazer alianças com o máximo de forças democráticas interessadas na liberdade e no progresso.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Crime de rico...

A Polícia Federal de São Paulo recebeu insinuações da Justiça Eleitoral para retirar das ruas propaganda dos candidatos colocada ilegalmente - principalmente *out-doors*. Mas surpreendentemente, ao invés de atuar como órgão pediente, a PF resolveu que "não tem condições" de reprimir os abusos, sob a alegação de que "são muitos".

As manifestações de protesto do povo também eram muitas na época da ditadura, mas a PF sempre esteve presente espancando, prendendo e torturando. As greves operárias são muitas atualmente e a PF continua se intrometendo e inclusive intimidando dirigentes sindicais - como é o caso de diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Por sua vez, a Justiça Eleitoral também não se importou muito com esta "independência" de seus subordinados. Afinal ela está mais preocupada mesmo é com as pilações que o povo faz, porque não tem como usar *our-door* e não tem como colocar anúncio na TV.

A verdade é que a Justiça, assim como a polícia que a serve, estão orientadas por um critério de classe. O que os ricos fazem é sempre tolerado, sob os mais variados pretextos. A letra da Constituição denuncia, desde o século passado, o "crime de rico a lei encobre".

O presidencialismo no banco dos réus

No debate que antecede a Assembléia Nacional Constituinte, o presidencialismo brasileiro se encontra no banco dos réus. Os setores democráticos acusam-no de velho degenerado, atrofiador dos Poderes Legislativo e Judiciário, instrumento oligárquico, favorecedor do militarismo, de crises políticas e golpes de Estado. Nasce a discussão sobre alternativas.

O sistema presidencialista foi implantado no Brasil com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e ratificado na primeira Constituição republicana, em 1891. Já está, portanto, às vésperas do centenário, com uma rápida interrupção "parlamentarista", de 16 meses, no início dos anos 60 (veja o quadro abaixo). Nestes quase cem anos não faltaram crises políticas, que foram moldando o presidencialismo atual.

A primeira crise começou praticamente em seguida à promulgação da Carta Magna de 24 de fevereiro de 1891. Abriu-se então uma luta pública entre o Congresso Nacional e o presidente, marechal Deodoro da Fonseca.

As hostilidades duraram nove meses, até que o velho marechal decidiu acabar com a brincadeira, fechando o Congresso à força. Ocorre que as hostes adversárias contavam igualmente com militares, como o também marechal Floriano Peixoto, vice-presidente, eleito numa chapa de oposição a Deodoro. O tiro saiu pela culatra; Deodoro, derrotado, renunciou.

Talvez porque o presidencialismo era na época um sistema recém-nascido, a vitória não sorriu ao presidente. Em compensação, foi a primeira e última vez. Dali por diante, os poderes do Executivo foram cada vez mais inchando, transbordando de seus limites, invadindo as esferas do Legislativo e do Judiciário, assumindo de fato todos os comandos da nação.

Este processo de "presidencialização", por assim dizer, tem sido contínuo.

Porém foi com a ditadura militar que ele atingiu seu auge. Ao aceitarem e contestarem o golpe de 1964, o Legislativo e o Judiciário conformavam-se com a condição de Poderes de segunda categoria. O Executivo, altamente militarizado, chegou a proclamar-se onipotente, entre 1968 e 1978, durante a vigência do Ato Institucional nº 5, de triste memória.

Pelo Ato-5, o general-presidente da República possuía o direito de fechar o Congresso, intervir no Judiciário, mudar a Constituição... Enfim, fazer o que bem entendesse. O prof. Paulo Brossard, na época um parlamentar razoavelmente comprometido com as idéias liberais, costumava dizer que o presidente, se assim quisesse, podia com uma simples penada transformar o Brasil numa monarquia absoluta. E a realidade não estava longe disso, com a diferença de que, ao invés de uma dinastia imperial, reinava a cúpula das Forças Armadas.

O presidente até hoje desfruta de "superpoderes"

O Ato-5 deixou de existir em janeiro de 1978 e a ditadura que o engendrou também sucumbiu anos depois. Porém o advento da Nova República não representou mudanças de maior monta na hipertrofia do Executivo. A Presidência da República continua a gozar de "superpoderes". Permanecem no texto constitucional em vigor as chamadas salvaguardas de defesa do

Estado, inventadas para substituir o Ato-5: as "medidas de emergência", o "estado de emergência" e o "estado de sítio", que conferem ao presidente poderes excepcionais, bastando que *preste contas* ao Congresso Nacional. Mantem-se entre as instituições da República a figura esdrúxula do "Conselho de Segurança Nacional", um órgão de "assessoria direta ao presidente da República" a quem caberia, nada mais, nada menos, que "estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional". Continua a existir, embora usado com moderação pelo presidente Sarney, o instituto antidemocrático do Decreto-Lei, passível de aprovação por "decorso de prazo" sem passar pelo exame do Parlamento.

As questões econômicas tornaram-se praticamente um monopólio do Executivo. Ironicamente, cabe a este, segundo a Constituição, "a iniciativa das leis orçamentárias, das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública". Os parlamentares também não podem emendar a proposta do presidente de forma a aumentar despesas, seja no todo, seja nas partes. Não podem mexer no orçamento da União. E nem sequer examinam o orçamento das estatais.

É evidente que tamanha centralização nada tem de democrática. O presidencialismo brasileiro, nascido como uma cópia do norte-americano (veja o quadro) transformou-se num tipo de caricatura de si mesmo, em que só o presidente manda e os outros simplesmente referendam os ordens.

No entanto, o debate pré-Constituinte, embora ainda elitista, já adianta uma interrogação de maior profundidade: devemos simplesmente reformar o presidencialismo, depurando-o de suas maiores aberrações? Ou substituí-lo por outro sistema de estruturação dos Poderes da República?

A hipertrofia do Estado deforma tudo à sua volta

A história do Brasil e de outros países latino-americanos mostra que o sistema presidencialista, importado dos Estados Unidos, ao se aclimatar em nossa realidade social e política degenerou num instrumento das maiores oligarquias, em particular as fardadas. Neste sistema, mesmo quando o presidente é eleito diretamente, o Executivo tende a funcionar como um Poder acima dos outros, acima do país e do povo, fora de qualquer controle. Consequentemente, reduzem-se drasticamente os mecanismos de vigilância e pressão da sociedade sobre o governo. E abrem-se crises políticas que, com lastimável frequência, servem de ensejo para golpes, pronunciamentos militares e ditaduras como a de 1964-85.

Alguns defensores do presidencialismo, dizendo-se de esquerda, argumentam que no Brasil tem existido uma tendência dos presidentes serem mais avançados e o Congresso mais conservador. De fato, o conservadorismo, ou até a reação pura e simples, têm preponderado no Legislativo brasileiro. Ainda hoje é assim. Mas o que dizer do Executivo? Na verdade, mesmo os presidentes que chegaram a opor certas resistências à reação, como Getúlio Vargas ou João Goulart, terminaram por ceder-lhe caminho, pelo medo ou a renúncia, enquanto outros tentáculos do Executivo - seja o comando civil, seja o militar - conduziam o país à atual situação.



A experiência de 61

Desde o fim do império, que adotava um tipo de parlamentarismo mestiçado com o absolutismo, o governo brasileiro só deixou de ser presidencialista durante um breve período, entre 2 de setembro de 1961 e 6 de janeiro de 1963. Mas não foi uma mudança séria, e sim uma fórmula de última hora visando levantar o veto que as Forças Armadas impunham à posse do vice-presidente João Goulart, diante da renúncia de Jânio Quadros.

Como os ministros militares consideravam Jango suspeito de esquerdismo, só o aceitaram na Presidência com poderes consideravelmente reduzidos. E para superar o impasse o Congresso votou às pressas uma reforma constitucional criando um "parlamentarismo" de improviso.

Com tal conteúdo, esse "parlamentarismo à brasileira" não poderia durar. Em 16 meses, o país teve nada menos que três primeiros-ministros - Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Ao fim do período, um plebiscito, convocado por Goulart, pôs fim à farsa aprovando a volta ao presidencialismo.

Já no crepúsculo da ditadura, durante o governo Figueiredo, elementos como o então chefe da Casa Militar, general Rubem Ludwig, ressuscitaram a tese parlamentarista, com outro conteúdo, igualmente reacionário. Seria uma fórmula visando manter no poder os militares - que ficariam com a Presidência da República e portanto com a chefia do Estado, das Forças Armadas, da "política de segurança nacional", deixando para um primeiro-ministro paisano as tarefas mais rotineiras, e o desgaste, do governo do país.

São dois exemplos de como uma mesma fórmula pode envolver conteúdos bastante diferentes, dependendo da natureza, dos interesses e objetivos das forças políticas que lhes dão vida.

estrutura.

Por outro lado, a hipertrofia do Executivo deforma tudo à sua volta, inclusive os outros poderes. O Judiciário, dependente, torna-se um poder de cabeça baixa - como ficou cabal e lastimavelmente demonstrado durante os anos de ditadura. O Legislativo, sem prerrogativas, privado até de boa parte do direito de legislar, também se atrofia. E aí se cria o caldo de cultura para a corrupção, a indolência, a lentidão, a covardia.

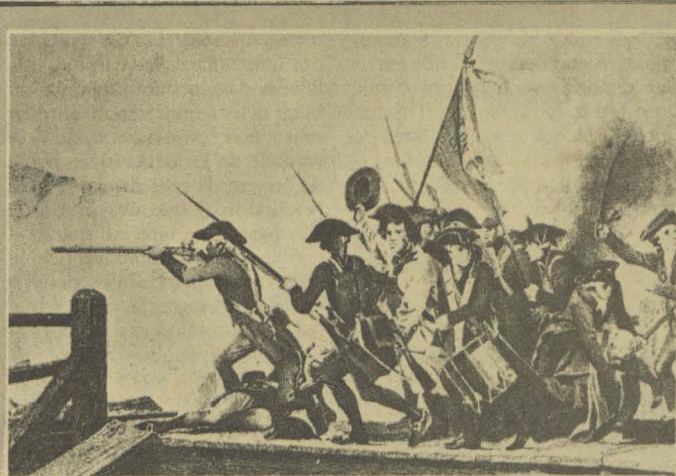
Um argumento que levado até o fim conduz à ditadura

Apesar de todos os pesares, com todas as suas deformações, o parlamento ainda é, de todas as instituições e instâncias do aparelho estatal burguês, o mais vulnerável à pressão popular. Sua composição heterogênea, que inclui um setor progressista e até legítimos representantes dos trabalhadores, dificulta às manobras diretas, mesmo sendo ela majoritária. E o fato de

parlamentares dependerem diretamente do voto popular acentua esta característica.

Argumenta-se também que no mundo inteiro há uma tendência ao fortalecimento dos Executivos, que o parlamentarismo clássico atualmente já não existe a não ser como peça de museu. Com efeito esta tendência existe; é um dos sintomas, na superestrutura política, da crise geral na velha ordem capitalista. Este argumento, porém, levado às últimas consequências, conduz diretamente à ditadura - de onde mal acabamos de sair e para onde de forma alguma desejamos voltar.

Os chamados regimes de Executivo forte - nós latino-americanos sabemos melhor que ninguém - não passam de tiranias mais ou menos disfardadas. E a alternativa (enquanto não se coloque como possibilidade imediata a transformação revolucionária de todo o edifício sócio-econômico e político) reside em partilhar as responsabilidades de governo entre Legislativo, Executivo e Judiciário, para enfrentar a tendência antidemocrática à centralização.



Revolução americana: a Constituição nasceu da guerrilha...

O "modelo" americano

Um argumento muito usado pelos adeptos do presidencialismo é o exemplo norte-americano. Os EUA, dizem, adotaram esse sistema há mais de 200 anos e vivem muito bem com ele - tanto que a Constituição de 1787, um prodígio de longevidade, continua em vigor. Na mesma linha de "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil", recomenda-se uma Constituição sintética, só com alguns princípios gerais, como a americana.

Essa visão evidência não só uma mentalidade colonizada mas também ahistórica. Ignora solenemente as circunstâncias concretas que produziram a Constituição norte-americana. Esquece que esta foi elaborada logo após uma verdadeira revolução democrática anticolonial, que foi a Guerra de Independência de 1775-1783. Como costuma acontecer em processos revolucionários, a jovem burguesia e as massas populares das 13 colônias faziam então sua própria lei, como a célebre, com justa razão, "Declaração dos direitos do homem". Esta nova (na época) concepção do mundo e da sociedade se impunha na luta, armada, contra os defensores da velha ordem. A guerra de guerrilhas que emancipou os norte-americanos deixou um saldo de 70 mil mortos. A Constituição de 1787, embora já registre um início de refluxo conservador nesse movimento, consagra essa realidade democrático-revolucionária. Daí seu contexto curto, sintético e genérico. Daí, também, a elevada centralização de poderes na Presidência.

Ocorre que a centralização e a elasticidade não são virtudes em si. Numa realidade revolucionária, elas deixam as forças do progresso com mãos livres para avançar. Porém num quadro não revolucionário, ou francamente reacionário, como o dos últimos cem anos nos EUA ou no Brasil, as coisas se invertem. Basta ver que o Executivo norte-americano promoveu toda a campanha militar de agressão ao Vietnã, que custou ao país 100 bilhões de dólares e 50 mil vidas, sem sequer se dar ao trabalho de enviar uma proposta de declaração de guerra para ser aprovada no Congresso.

Centro de Comunicação e Informação Fundação Maurício Grabois

Centreville comemora 4 anos de luta

Os moradores do conjunto residencial Centreville, em Santo André, SP, comemoram dia 19 de julho mais um aniversário da ocupação das suas casas com um misto de alegria e apreensão, pois uma ação de despejo está sendo movida contra eles. Homens, mulheres e crianças estão preparados para resistir. Atilio Amorim, morador, comenta: "Temos um povo que se organizou em quatro anos de luta. Cada um sabe o que fazer".

Hoje, cerca de 6 mil pessoas - na maior parte famílias operárias - moram no Conjunto Habitacional Centreville. Um dos moradores recorda que quando entraram lá "90% deles estavam desempregados". As famílias fizeram melhorias nas casas e estão dispostas a tudo para não perder a sua moradia. "Eu não vou sair. Já perdi até o medo. Sair daqui pra ir pra onde?", indaga Generosa Maria de Jesus. Seu marido é operário da Nitroquímica e ela fala que antes de mudar-se para lá morava num barraco todo furado.

As casas do Centreville - de 3 a 4 quartos - foram planejadas para a classe média alta. Só que ficaram inacabadas, abandonadas pela Construtora Novaurbe. Os moradores querem que o governo desaproprie a área e depois negocie com eles a venda das residências. "Nós não queremos dar prejuízo para o Estado, mas só pagar o que foi gasto aqui e não o que foi roubado", alerta Atilio Amorim, o popular *Gasolina*. A Construtora Novaurbe desviou bilhões de cruzeiros da Caixa Econômica e ninguém foi punido por este cambalacho.

COMBATIVIDADE

Para enfrentar a ameaça de despejo os moradores contam com uma bem montada organização e um espírito de luta muito grande. Existem 44 blocos de residências no conjunto e em cada bloco é eleito um representante para o Conselho Popular que dirige a associação União e Luta dos Moradores do Centreville. Dentro deste Conselho existe uma Comissão de Negociação com dez pessoas, escolhidas em assembleia. Cada família paga um carnê de Cr\$ 20 mensais para cobrir as despesas



Todos participam das decisões através das inúmeras assembléias que são realizadas periodicamente

com advogados, arquitetos, cartórios e viagens.

As mulheres tiveram um papel de destaque durante estes quatro anos de luta. Enquanto os maridos trabalham, elas ficam alerta contra qualquer tipo de ameaça. "A mulherada aqui é fogo", conta Tereza Buena Baltazar, ocupante desde o primeiro dia e mãe de oito filhos. "Elas são os soldados do Centreville. É só dar um assobio e chove mulher pra todo lado". Ela relata que no início "a polícia vinha prender os homens e a mulherada arrancava do carro".

"TIRO NÃO ASSUSTA"

Antes de mudar-se para o Centreville, Tereza morava em casa alugada e "quando se tirava dinheiro pro aluguel, faltava pra comida". Ela recorda das lutas em que participou para manter a casa: "No dia que os vigilantes barraram o caminhão, nós empurramos ele pra dentro. Eles deram uns tirinhos e

Organização: chave do sucesso

A ocupação do Centreville ocorreu em 1982, no auge da recessão econômica e da crise do desemprego no país. As 539 casas do conjunto habitacional estavam abandonadas desde 1976, depois que a Construtora Novaurbe deu um calote gigantesco na Caixa Econômica Estadual, financiadora da obra.

Os trabalhadores da região se organizaram e planejaram cuidadosamente a entrada nas casas vazias, vigiadas dia e noite por guardas. De madrugada, cerca de 100 famílias se aproximaram silenciosamente num comboio com três caminhões e

vários carros. Arrombaram as portas das casas e resistiram à repressão da PM. Vários líderes foram presos e enviados ao DOPS.

Contando com uma ampla solidariedade, conseguiram se manter em suas novas moradias. Com a eleição do governador Franco Montoro a pressão policial diminuiu. Em fevereiro de 1983, outro setor do conjunto também foi ocupado. Durante estes anos os moradores vêm tentando negociar com a Caixa a aquisição das casas, mas até o momento sem resultados concretos.

nós, mas jogamos pedras e pusemos eles pra correr. Não é qualquer tirinho que vai assustar a gente".

Na luta para defender a moradia até as crianças querem participar. Wellington Amorim, 10 anos de idade, diz que

se prepara para a eventualidade de ocorrer o despejo. "Se meu pai deixar - diz ele - vou usar meu estilingue. Só eu tenho quatro. Meus colegas também estão fazendo estilingues". (Domingos Abreu)

Uma revista nacional para as mulheres

Essa briga não é de hoje

Por muitos anos as mulheres estiveram ausentes ou retratadas de forma desfigurada na historiografia da imprensa brasileira. Discriminadas, marginalizadas no papel de "rainhas do lar", com pouco peso no mercado de trabalho, suas manifestações e sua luta por um espaço de liberdade foram deliberadamente omitidas.

No entanto, a imprensa feminina brasileira surge já no início do século passado. Algumas mulheres, destacadamente Nísia Brasileiro Floresta, começaram então a divulgar escritos levantando a questão da discriminação da mulher. Isso mesmo antes da primeira legislação relativa à educação de mulheres, que surgiu em 1827, admitindo meninas apenas para "escolas elementares".

Poucos anos depois apareceram nas cidades brasileiras alguns periódicos editados por mulheres, a começar pelo "Jornal das Senhoras", cujo primeiro número foi lançado no Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1852. Editado por Joana Paula Manso, uma argentina separada de marido português e que lecionava no Rio, o "Jornal das Senhoras" já afirmava sua intenção de trabalhar para "o melhoramento social e para a eman-

cipação moral da mulher". Analisando com lucidez a discriminação das mulheres na sociedade o jornal afirmava que o casamento para os homens "era apenas um meio de satisfazer um capricho, ou mesmo mudar de estado. Ou assegurar sua fortuna". Daí um homem poder dizer "minha mulher com a mesma entonação de voz com diz meu cavalo, minhas botas etc., pois tudo eram trastes de seu uso", indignos de sua atenção. E alertava que enquanto os homens não parassem de "considerar a mulher como sua propriedade nada teremos feito".

COMBATE ÁRDUO

A pressão social, os preconceitos impediram a continuidade do "Jornal das Senhoras", que sobreviveu por cerca de um ano. Mas em 1862 surge, também no Rio de Janeiro, "O Bello Sexo", também preocupado

PRESENCIA DA MULHER

com o desenvolvimento das massas femininas.

A campanha abolicionista contribuiu para o florescimento da imprensa feminina. Além de "O Bello Sexo", que já durava mais de dez anos, diversos jornais menores e localizados surgiram, como "A Família", "A Voz da Verdade" e outros. Em 1873 surgiu em Minas Gerais "O Sexo Feminino", francamente abolicionista. No ano seguinte surgiram o "Jornal das Damas", no Rio Janeiro, "Myosotis", no Recife e o "Echo das Damas", também no Rio.

Na luta pela conquista do voto surgiram diversas organizações femininas, muitas delas com seus próprios jornais. Nessa época destaca-se a presença de Bertha Lutz, símbolo das sufragistas. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino estimula o movimento, seja através de manifestações, seja através da publicação de boletins, bem como entrevistas a outros jornais. Com o voto conquistado em 1932 e ratificado na Constituição de 1934, o movimento feminista conquista grande vitória.

A imprensa feminina prossegue seja através de órgãos de entidades como a Federação das Mulheres do Brasil, seja em revistas como "Momento Feminino".

O golpe de 1964 desarticulou todo o movimento popular, inclusive o feminino. Mas a luta ressurgiu em outubro de 1975 com o "Brasil Mulher" e meses depois o "Nós Mulheres", que tinham acentuado caráter de oposição ao regime militar e conseguiram sobreviver cerca de quatro anos, baseando-se nos movimentos autônomos de mulheres, enfrentando a perseguição do governo castrense e os preconceitos contra a mulher.

Em 1980 surge "Mulherio", mas já com outro caráter, subsidiado pelas fundações Carlos Chagas e Ford. Com a criação dos Conselhos da Condição Feminina a nível municipal, estadual e federal, surgiram também os jornais institucionais destes órgãos. (Olívia Rangel)

Foi publicada esta semana a revista "Presença da Mulher", que será lançada no dia 17, às 20 horas, na União Brasileira dos Escritores, em São Paulo. A revista, com sede na capital paulista pretende resgatar a tradição da imprensa feminina de luta pela emancipação da mulher e pela igualdade de direitos. Visa ser um período bimestral dirigido às massas de mulheres que hoje lutam nas associações de bairros, nos sindicatos rurais e urbanos, nas entidades populares e democráticas.

A revista é dirigida por Ana Maria Rocha, ex-secretária da União de Mulheres de Porto Alegre. E conta com a colaboração de personalidades como a deputada federal Bete Mendes, a secretária do Trabalho de SP Alda Marco Antônio, a governadora do Acre, a artista plástica Tereza Costa Rego, a educadora Maria Nilde Mascelani, dirigentes de entidades autônomas de mulheres, sindicalistas, enfim, mulheres que se destacam na luta pela igualdade de direitos e por um mundo melhor.

OBJETIVO EDITORIAL

A revista visa "refletir as aspirações da nova mulher que surge, destruindo os mitos sobre sua fragilidade e inferioridade, recusando ser a vítima de fala mansa ou a boneca sem vontade nem inteligência. Discutir os conflitos e responsabilidades advindas dessa nova postura. Noticiar e analisar as batalhas que travamos de Norte a Sul do Brasil, bem como a nossa presença necessária nas questões que preocupam o povo e a nação brasileira, descortinando o rumo a seguir para conquistarmos a nossa verdadeira emancipação. Esse o nosso compromisso".

Com este objetivo editorial, "Presença da Mulher" faz um retrato de algumas mulheres na vida política: a governadora do Acre, Yolanda Fleming; a secretária do Trabalho de São Paulo, Alda Marco Antônio; e a líder do PC do B na Câmara dos Vereadores de Salvador, Lídice da Mata. Discute a participação feminina no sindicato, propõe mecanismos para garantir a igualdade de direitos na Constituinte, destaca o papel das delegacias de defesa da mulher e aborda outros assuntos de interesse do público feminino e de todos os que lutam por uma convivência mais sadia e igual entre homens e mulheres em nossa sociedade.

Polícia mata esportista a tiros no AM

A polícia manauara estourou com um tiro a cabeça do bi-campeão brasileiro de judô, Nilson Pascoal da Silva, Nilsão, na madrugada do dia 2 de julho, próximo à boate Catedral, em Manaus. O crime ocorreu após desentendimento de Nilsão com o delegado geral da Polícia Civil do Amazonas, Florindo Nascimento. Mais de cem pessoas assistiram o brutal assassinato do campeão.

Embora haja muitas testemunhas oculares do crime, um verdadeiro mistério envolve a morte de Nilsão. Além de ameaças às testemunhas feitas pela polícia, o advogado Sérgio Litaiff, amigo do judoca, foi impedido de assistir à necropsia feita no Instituto Médico Legal. Além disso foi ameaçado de prisão pela delegada Vera Lúcia Oliveira.

A morte do bi-campeão revoltou os judocas amazonenses e também os políticos. Os deputados da oposição, entre eles João Pedro e Samuel Peixoto, protestaram veementemente contra a onda de violência e impunidade que atinge o Amazonas. Responsabilizaram diretamente secretário de Segurança Henrique Lustoza e pediram a sua exoneração da Secretaria, alegando ser o mesmo incompetente pra dirigi-la.

O presidente do Diretório Regional do PC do B no Amazonas, Eron Bezerra, também protestou e pediu "providências em relação ao assassinato do judoca amazonense. Até porque não é a primeira vez que a polícia do governador Mestrinho assassina pessoas "misteriosamente", afirmou o dirigente comunista. (da sucursal)



Beth (de óculos) sindicalista da Sabesp

Funcionárias da Sabesp fazem encontro

Vindas de diferentes áreas de São Paulo, São José dos Campos, Campinas e Santos, trabalhadoras em saneamento básico realizaram o I Seminário das Mulheres da Sabesp e Cetesb, nos dias 5 e 6 de julho passados, na colônia de férias do sindicato da categoria, em Nazaré Paulista.

As mulheres vieram acompanhadas de seus maridos e filhos, muitas delas pela primeira vez participando de forma organizada e coletiva de discussões de temas que iam desde os problemas imediatos do dia-a-dia no trabalho e no lar, até questões mais gerais, como as origens históricas das desigualdades econômicas, sociais e jurídicas que pesam sobre as mulheres e a necessidade delas se organizarem para combater as discriminações e lutar por seus direitos, particularmente na Constituinte.

O I Seminário foi o coroamento de uma série de discussões havidas entre as trabalhadoras da Sabesp e Cetesb e ao longo dos debates chegou-se ao consenso de se avançar para a criação do departamento feminino no sindicato, para abrir um canal de participação e união das mulheres nos seus problemas específicos e também nas lutas gerais da categoria e do conjunto dos trabalhadores.

Importante ressaltar a presença de Osvaldo Ribeiro, presidente da CGT-SP, José Carlos e Cheila, do Sindicato dos Metroviários. Também compareceram Maria Amélia Teles, presidente da União de Mulheres, que proferiu a palestra sobre a Constituinte no Seminário, e Maria de Lourdes, que relatou experiências de luta e de organização de diversas categorias e aspectos de sua atuação enquanto membro da Comissão Sindical do Conselho Estadual da Condição Feminina.

O seminário foi encerrado num clima de entusiasmo e emoção. As trabalhadoras manifestaram o desejo de realizar novos encontros desta natureza e mostraram-se dispostas a divulgar entre as mulheres os debates realizados. (Elizabeth Tortolano, secretária de Assuntos da Mulher da CGT-SP)



Latifúndio do Paraná alveja sindicalista

Depois de fazer inúmeras e grosseiras ameaças, o latifúndio tentou concretizar na semana passada o seu projeto de assassinar mais um líder sindical camponês. No último dia 2, Miguel Sávio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná, foi atingido por três tiros disparados por um jagunço encapuzado. Sávio agora se recupera no hospital dos graves ferimentos.

O dirigente sindical atuava no movimento dos sem-terra, com o sindicato dando assis-

tência a um acampamento de 900 famílias de lavradores. Devido à sua militância sindical e política (ele é vinculado ao PMDB), há três meses vinha sofrendo ameaças de morte dos latifundiários da região, que são ligados à organização terrorista UDR.

As entidades democráticas e populares do Estado desenvolvem agora uma campanha para que o jagunço e os mandantes sejam punidos. Elas também criticam o governo estadual que, sabendo das ameaças, não tomou nenhuma iniciativa para reprimir os latifundiários assassinos.



Vital: "essa forma de intimidação não funciona"

Calói tenta intimidar lideranças sindicais

"É uma forma de intimidação barata que não atingirá os seus objetivos". Desta maneira o segundo-secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Eustáquio Vital, qualificou o processo aberto recentemente pela empresa Calói contra ele e mais dois dirigentes sindicais.

A "ação ordinária e reparação de bens" impetrada pela poderosa firma de bicicletas se refere à greve geral da categoria em novembro do ano passado - que acabou em provocações

patronais e quebra-quebras na porta da fábrica instalada na Zona Sul da capital paulista.

Para Vital, "o fato da empresa abrir esse processo seis meses após os incidentes demonstra que ela está muito preocupada com a onda grevista que atinge toda a categoria ultimamente. A Calói quer nos intimidar, teme mais uma greve na fábrica. Mas isto não funciona. A categoria está disposta a conquistar o aumento real-já e nós não vamos recuar".

Violência impune de grileiros em Xerém

"Estão comercializando as terras do Incra na região rural de Xerém, 4º distrito de Duque de Caxias (RJ)". A denúncia é do líder camponês Sebastião Malagole. Segundo ele, a área vem sendo ocupada sistematicamente por militares da ativa, veranistas e até mesmo por imobiliárias que estão loteando as áreas desapropriadas pelo Incra. As irregularidades ocorrem com a conivência do fiscal do Incra, Paulinho, da Secretaria da Agricultura e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias, Adolfo. Os atentados e ameaças de assassinatos por parte dos grileiros se sucedem e não são punidos.

Na madrugada do dia 11 de junho, a casa do posseiro Carlinhos foi

alvejada por uma rajada de balas, que teria sido disparada a mando do tenente-coronel Salvador Lopes de Souza (médico do Corpo de Bombeiros). Este militar vem grilando terras na região e, há um ano atrás, perseguiu e torturou dois lavradores, obrigando-os a comer as próprias fezes. Agora a tensão aumentou, pois uma nova quadrilha de ladrões de terra vem sendo formada. Dia 4, o presidente do STR, Adolfo, acompanhado por Godofredo Fiúza (assessor do secretário da Agricultura, Lacerda) e pelo jagunço José Eugênio, comandou a invasão da posse de Valdir da Silva Chaves. Prometeram pendurar Valdir no "pau-de-arara" caso não abandonasse a terra e ameaçaram um filho de outro posseiro. (da sucursal)

Greve massiva na ferramentaria da FMB

Desde o dia 7 de julho os operários da ferramentaria da FMB - Fábrica de Motores de Betim - estão em greve. Como a mobilização foi bem preparada tornou-se possível cumprir os requisitos do Ministério do Trabalho e decretar uma greve legal.

As reivindicações são: elevação de 10% do teto salarial para os sub-setores da ferramentaria e criação de faixas salariais, para impedir as altas distorções atualmente existentes. Pessoas exercendo as mesmas funções ganham às vezes 1/3 do salário de outros.

Mas a movimentação não é só na ferramentaria. Toda a fábrica está levando uma luta para conquistar a insalubridade. Para isto movem uma ação na Justiça e a adesão às procurações tem sido acima das expectativas.

"Desde 1981 não fazíamos reuniões tão expressivas com o pessoal da FMB" - afirma Edmundo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e operário da ferramentaria da FMB - "e olhe que lutávamos então contra a tentativa de reduzir a jornada de trabalho e os salários".

Desespero de Abdias em Niterói

Na reta final das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, o desespero vai tomando conta da Chapa 1 do tesoureiro nacional da CUT, Abdias dos Santos. A cada dia o apoio dos operários à Chapa 2 se torna mais evidente. Por isto a CUT resolveu partir para a provocação, convocando ativistas estranhos à categoria.

O pleito será realizado nos dias 15 e 16 deste mês e, com a aproximação destas datas, elementos vindos de Volta Redonda, Barra Mansa e de outras categorias estão sendo convocados para fazer baderna nas portas das fábricas, inclusive rasgando materiais da Chapa 2. Os integrantes da chapa de oposição com muita seriedade e certeza da vitória, não caem na armadilha e almejam realizar o pleito sem nenhum tumulto.

Uma prova evidente do apoio da categoria à Chapa 2 foi dada pelo estrondoso sucesso da festa da chapa realizada no último sábado, dia 5. A festa reuniu mais de 1.500 operários e familiares num grande evento de confraternização. Para se ter uma idéia do que isto representa, basta lembrar que o número total de votantes na eleição é de 3 mil trabalhadores.

VAIAS DA CATEGORIA

Na porta da principal empresa da base do sindicato, o Estaleiro Mauá, que aglutina 60% dos votantes, os integrantes da chapa do Abdias já foram vaiados duas vezes pelos operários que entravam no trabalho. A distribuição de um panfleto reproduzindo matéria publicada na edição 271 da *Tribuna Operária*, denunciando o roubo de votos por Abdias, teve



Com serenidade, a chapa 2 confia na vitória

enorme repercussão e apoio.

Na hora do almoço da última quarta-feira, 9 de julho, o próprio Abdias foi ao Mauá responder à matéria. Por azar seu, ele se depa-rou com membro da Comissão Sindical de Base, Carlinhos, que tinha em suas mãos uma relação enorme de trabalhadores do Mauá, sindicalizados e em dia com seus pagamentos no sindicato, que haviam sido cortados da lista de votantes. Mais uma vez o tesoureiro nacional da CUT saiu estrondosamente vaiado pela massa do

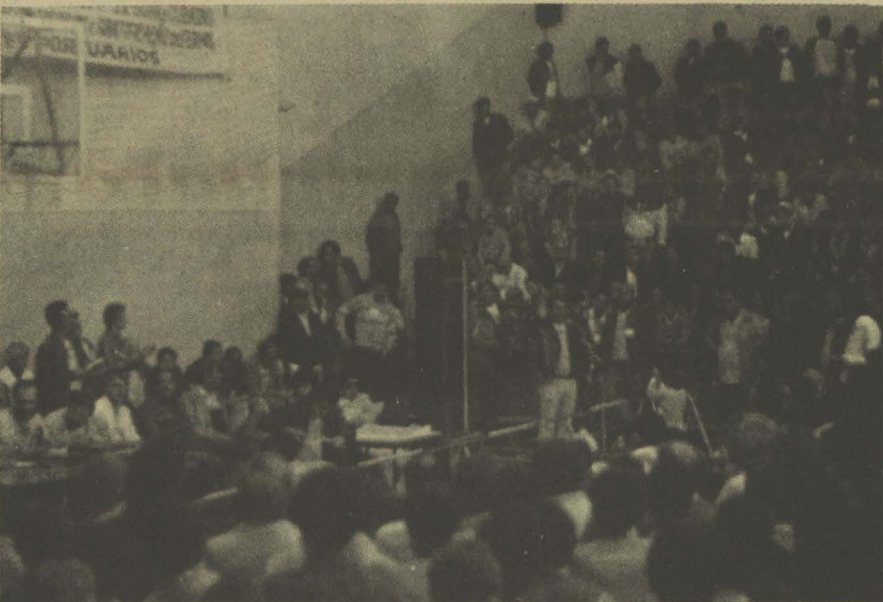
estaleiro. Abdias está de tal forma desmoralizado hoje entre os metalúrgicos de Niterói que seu apelido já virou "Abdias Cambalacho".

O desespero da Chapa 1 tem portanto bons motivos. Na última terça-feira um batalhão de militantes da CUT alheios à categoria veio de todo o Estado para tentar tumultuar o processo eleitoral. Para tanto se valeram de um ministério-elétrico, com o qual tentaram calar a Chapa 2 nas fábricas. Mas se deram mal. A grande pergunta da categoria era de onde veio o dinheiro para esta parafernália

toda. Indagaram porque disto foi mobilizado para a campanha salarial, onde Abdias encaminhou a greve sem a menor preparação e infra-estrutura, levando o movimento à derrota.

Por tudo isto, o clima que está entre os integrantes da Chapa 2 é de grande confiança e entusiasmo para enfrentar o pleito dos dias 15 e 16. Apesar do otimismo, o pessoal não se levar pelo "já ganhou" e vai entrar com muita garra no trabalho de boca de urna. (da sucursal)

Mais de 30 mil portuários pararam



Cerca de 8 mil portuários santistas na assembléia que definiu pela greve

apoio dos doqueiros, que também estão com uma pauta de reivindicações tendo, entre os seus principais pontos, a exigência da remuneração do repouso semanal, roubado em 1964. "Case nossas reivindicações não sejam atendidas entraremos na greve da unidade", disse o presidente do Sindicato dos Doqueiros, Jadier.

Na assembléia realizada em Santos no final da greve foi vitoriosa a proposta de fazer novas manifestações em todo o país no próximo dia 11, caso o governo teime em não atender as reivindicações dos

trabalhadores.

O portuário Roberto Mariano, que participou ativamente da greve num grupo de mobilização, criticou o governo da Nova República e o pacote econômico: "No início, entendíamos que o pacote continha pelo menos um ponto positivo, o congelamento dos preços. No entanto, o governo não está tendo pulso para ir adiante contra a especulação. E quando os operários lutam por melhores salários ele não atende à nossas reivindicações por causa do pacote. Não vamos abrir mão, iremos até o fim, pois não

estamos pedindo nada além de nossos direitos, os quais foram tirados pelo regime da ditadura".

O comando nacional da greve, reunido com o ministro do Trabalho no dia 9, em Brasília, decidiu convocar uma nova greve geral, de 48 horas, nos dias 23 e 24 de julho.

MANAUS

Os portuários de Manaus, que somam cerca de mil trabalhadores, paralisaram completamente suas atividades no dia da greve geral. Em Parintins, também no Amazonas, a greve atingiu 50% da categoria. Em Manaus, as expectativas dos dirigentes sindicais foram superadas. Logo pela manhã, os trabalhadores já se revezavam na frente dos portões principais do porto para o trabalho de piquete.

O navio Raposo Tavares, da Marinha, com cerca de 100 soldados a bordo e distante cerca de 200 metros dos piquetes, acompanhava o desenrolar dos fatos, numa clara tentativa de intimidação que, contudo, não surtiu o efeito esperado. Também o capitão dos portos, Renato Jorge Galvão, manteve-se de prontidão: "Acho que os portuários estão perdendo a liberdade individual ao obedecerem meia dúzia de comunistas que querem causar tumulto", esbravejou. Entretanto, não se registrou qualquer incidente. O PC do B e a CGT apoiaram ativamente o movimento dos trabalhadores.

Usineiros de Araras investem contra grevistas

Os cortadores de cana da região de Araras, no interior de São Paulo, continuam em greve. Nas assembléias realizadas na quarta-feira, dia 9, os trabalhadores decidiram manter o movimento pela conquista do pagamento da cana cortada por metro linear. Segundo a avaliação do Sindicato local, a paralisação conta com a adesão de mais de 9 mil assalariados.

A greve dos canavieiros já dura mais de duas semanas. Eles mantêm a reivindicação principal do pagamento por metro linear - e não por tonelada -, como forma de controlar o trabalho produzido e evitar as fraudes na pesagem feitas constantemente pelos usineiros.

O movimento grevista vem enfrentando uma dura ofensiva do patronato. Depois da decretação da ilegalidade da greve, julgada no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, os usineiros passaram a ameaçar os trabalhadores com demissão por justa causa. Nessa investida, os patrões estão se utilizando até de aviões para lançar panfletos ameaçadores nas assem-

bléias sindicais. Os patrões também têm usado as três estações de rádio da região para intimidar os grevistas.

Além da ação do patronato, os cortadores de cana também têm contra seu justo movimento a repressão da Polícia Militar. O policiamento na área é ostensivo e tem agido com grande violência. Em Leme, a PM impediu a realização da assembléia dos grevistas, espancou vários trabalhadores e deteve dois dirigentes sindicais. Em Mogi Guaçu um grande contingente de soldados tenta inibir os grevistas.

MOGI GUAÇU INICIA

A greve dos canavieiros da região de Araras teve início no dia 23 de junho. Primeiro pararam os bóias-frias de Mogi Guaçu, tendo à frente o combativo Sindicato de Trabalhadores Rurais recém-fundado. A entidade, presidida pelo respeitado sindicalista José Luis, promoveu passeatas, grandes assembléias e manifestações nos bairros populares do município. Aos poucos o movimento se

expandiu para outras cidades.

Desde o início o movimento contou com amplo apoio dos setores democráticos e populares da região. O Partido Comunista do Brasil tem estado presente. O deputado federal Aurélio Peres inclusive participou das negocia-

ções patrocinadas pelo ministro Almir Pazianotto na semana passada. O secretário-geral da CGT, Jamil Murad, candidato do PC do B a deputado estadual, também tem participado intensamente do movimento, assim como o vereador comunista de Mogi Guaçu, Dênis Carvalho.



Canavieiros reivindicam um sistema mais justo de medição do trabalho



PM ataca sem-terras gaúchos em Cruz Alta

Mais uma vez a truculência, a arrogância e a violência covarde herdadas da ditadura militar se fizeram sentir em plena Nova República. E mais uma vez a vítima dos organismos de repressão foi o povo brasileiro, que luta por uma vida melhor para seus filhos.

Tudo aconteceu em Cruz Alta, a 385 km de Porto Alegre. Começou quando cerca de 40 sem-terra foram expulsos do acampamento Frei Caneca em uma fazenda improdutiva perto de Coronel Bicaco, a cerca de 100 km de Cruz Alta, e foram trazidos pela Brigada Militar até a chácara "Povo Culto, Povo Livre" em Cruz Alta.

Eles resolveram acampar ao lado da BR-158. Foram impedidos de aumentar o acampamento. O arrendatário da gleba

fronteiriça ofereceu suas terras para que mais lavradores pudessem acampar. Mas na sexta-feira a PM fechou a entrada e não deixou ninguém mais acampar.

Logo a seguir, em plena madrugada de sábado, cerca de 4 horas da manhã, o acampamento foi cercado por 400 soldados vindos de toda a região. Após invadirem propriedade alheia, de megafone em punho acordavam os acampados aos berros, avisando que tinham cinco minutos para levantarem o acampamento, enquanto mais de 40 cavalos corriam entre as barracas quebrando coisas e soltando cordas.

No sul gaúcho, de inverno rigoroso, frio e chuvoso, onde na madrugada os termômetros chegam a registrar temperaturas abaixo de zero, eles obriga-

ram dezenas de crianças, velhos e alguns doentes a levantar, rasgando suas pequenas barracas de plástico e até quebrando seus escassos pertences sob o tacão dos militares.

O arrendatário da terra procurou intervir, argumentando que todos tinham sua permissão para acampar. Porém foi xingado pela polícia e ameaçado de prisão se não calasse a boca.

Com isso foi desativado o posto de cadastramento do Incra que funcionava no local para fins de seleção e posterior assentamento em áreas desapropriadas, já que o acampamento era promovido pela única associação de sem-terra registrada no Estado, segundo o Incra. (Tribuneiro de Cruz Alta - Rio Grande do Sul)

Pagode no Souza Aguiar apóia Jandira Feghali

O pessoal do Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, organizou no dia 28 de junho um pagode em apoio à candidatura de Jandira Feghali a deputada estadual pelo PC do B. Participaram da festa funcionários da Saúde, da Previdência Social, do Estado e do Município do Rio, além do pessoal da área de Irajá e Penha, onde mora a presidenta da Associação dos Funcionários do Souza Aguiar, Apolônia, com sua família.

A animação começou com seu Martinho, militante do PC do B desde 1946, dono da casa e pai da Apolônia. Aos 80 anos, ele limpou todo o quintal durante a semana e preparou a instalação elétrica para a iluminação da festa. Rosângela, neta de seu Martinho, e Tuminha, morador de um conjunto de Bangu, começaram a cozinhar o mocotó para o pagode já na véspera. Foi fundamental o apoio da família de Apolônia para o sucesso da festa.

Com a chegada dos pagodeiros a animação foi geral. Cerca de 100 pessoas dançaram, comeram mocotó e cantaram o samba oficial da campanha.

Foi feita a doação de uma camisa, que acabou rifada duas



vezes já que o primeiro ganhador resolveu doar o prêmio para render mais a campanha. A candidata fez uma falação e foi convidada a visitar um conjunto popular em Jacarepaguá. A festa deu uma sacudida no pessoal, que quer reproduzir reuniões e pagodes em várias áreas populares multiplicando os contatos e as finanças para sustentar a campanha de Jandira.

O samba oficial da campanha de Jandira Feghali diz assim: Atenção eleitores / O partido é legal / Vamos eleger / Jandira para estadual / É a deputada que estava faltando no cenário / As suas idéias com o povo / Na rua e no plenário / É Jandira Feghali nossa deputada do PC do B.

(Ernani, Lelei e Marechal - Rio de Janeiro, RJ)

História de violência contra o CDDH

O Centro de Defesa de Direitos Humanos/Assessoria e Educação Popular (CDDH/AEP) é uma entidade de utilidade pública e foi criada em 1979 com o objetivo principal de prestar assessoria jurídica gratuita aos camponeses envolvidos em conflitos agrários em todo o estado da Paraíba.

Ao longo desses sete anos, atendemos a mais de 10 mil casos, sendo a maioria de ações coletivas, envolvendo problemas de terras, condições de trabalho, violência.

Nessa atividade, temos sido vítimas de constantes ameaças: Na noite de 23 de junho de 1986, o CDDH/AEP teve sua sede invadida por estranhos. Seus arquivos foram arrombados e estantes recheadas com seu Departamento Jurídico totalmente destruído, tendo desaparecido todos os documentos. Não há condições, a curto prazo, de aquilatar os danos. Só podemos afirmar que nada de

valor comercial desapareceu.

HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA

Esta não foi a primeira vez que o Centro de Defesa foi invadido ou sofreu ameaças, na pessoa de seu coordenador, o advogado Vanderley Caixe e os demais advogados que conosco trabalham nesta missão.

Em 23 de dezembro de 1981, houve uma tentativa de incendiar o automóvel do Centro.

Em 14 de fevereiro de 1982, o carro do Centro foi incendiado e totalmente destruído.

Em 5 de março de 1985, o **Correio da Paraíba** trouxe a denúncia do Deputado Jório Machado, proferida da tribuna da Assembleia Legislativa, sobre o complot para assassinar o advogado e coordenador do Centro de Defesa.

Em meados de 1985, o CDDH/AEP teve sua sede invadida, algumas coisas reviradas, entretanto,

nada de valor desapareceu.

Em 06 de janeiro de 1986, novamente o Centro foi invadido. Tendo sido arrombados duas portas, e mais uma que foi arrancada da parede, porém não desapareceu nada de valor comercial. Sendo então prestada uma queixa na delegacia competente.

Em 23 de junho de 1986, mais uma vez o CDDH/AEP foi invadido, como já foi relatado. Logo foi prestada queixa e solicitada a pericia.

Nós, do Centro de Defesa, sabemos que tais atos terroristas têm como objetivo atrair a atenção do nosso trabalho. E estamos convictos de que a melhor forma de sustar essas investidas é a denúncia e o apoio. É a única arma que contamos nessa caminhada em defesa dos Direitos Humanos dos trabalhadores e de uma reforma agrária verdadeira. (Ayala A. Rocha - João Pessoa, PB)



O campo continua fervendo na luta pela terra. De um lado os lavradores, posseiros, lutando para conquistar um pedacinho de chão. Do outro, os latifundiários, com todo aparato da polícia e dos pistoleiros e ainda por cima apoiados por organizações como a União Democrática Ruralista.

Neste número algumas cartas são retratos falados desta violência contra os trabalhadores, como em Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Apesar da diferença de força, os lavradores resistem. E neste processo vão compreendendo na prática que umas das principais armas de que dispõem é sua unidade. Porque são muito mais numerosos do que os grileiros. (Olívia Rangel)

Federação dos Trabalhadores Agrícolas reforça CGT no PR

No dia 26 de junho, em assembléia geral com a participação de cerca de 80% dos sindicatos de trabalhadores rurais do Estado, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná aprovou sua filiação à Central Geral dos Trabalhadores - CGT. A assembléia contou com a presença do vice-presidente Regional Sul da CGT, Matias Martins, que falou aos presentes da criação da CGT, das suas lutas e do papel que deverá desempenhar no fortalecimento do movimento sindical brasileiro. "A CGT nasce forte e unida, é uma entidade democrática, unitária, independente e apartidária, que nasce para defender a unidade do movimento sindical no Brasil e coordenar as lutas de todos os trabalhadores da cidade e do campo" afirmou Matias. Também presente, a representação do Conselho Nacional da CGT, Donizetti Teixeira, falou da luta das mulheres do campo e da necessidade de maior participação feminina nas entidades sindicais.



Outro fato importante da assembléia foi a definição sobre a organização dos trabalhadores na luta pela reforma agrária. Antenor Beni, presidente da Federação, nos disse como será o trabalho: "Vamos organizar, através dos sindicatos, em todos os municípios, as comissões dos assalariados, as comissões de política agrícola

e, principalmente, as comissões de política agrícola. Estas comissões serão um valioso instrumento de nossa luta pela aplicação imediata, no Paraná, do Plano de Reforma Agrária, e fator importante da organização dos trabalhadores do

campo". Sobre a filiação à CGT, Antenor disse: "A CGT é a entidade maior dos trabalhadores e, podem estar certos, onde estará a CGT a Federação também estará. A CGT é nossa força!". (Assessoria de Imprensa da CGT - Paraná)

Garçons na briga por regulamentação

No dia 19 de junho de 1986 foi aprovado no Congresso Nacional o projeto que regulamenta a profissão de garçom. Estamos dando o primeiro passo para sermos reconhecidos como categoria. Em síntese o projeto nº 17436B/79 do deputado Sérgio Ferrara, do PMDB, regulamenta a profissão, fixa o piso de três salários mínimos para o profissional e proíbe o exercício da profissão para quem não for registrado na Delegacia Regional do Trabalho.

Para obter o registro são necessários os seguintes documentos: 1 - prova de identidade; 2 - atestado

de bons antecedentes; 3 - certidão negativa dos cartórios criminais de seu domicílio; 4 - atestado médico de que não é portador de moléstia infecto-contagiosa; 5 - prova de estar em dia com as obrigações eleitorais; 6 - prova de quitação de serviço militar.

O empregador que permitir o exercício da profissão de garçom por quem não esteja devidamente registrado terá uma pesada multa. Em caso de reincidência o valor da multa será dobrado e assim sucessivamente.

Estes são os principais itens do projeto. Isto significa a valoriza-

ção do profissional. O projeto está no Senado e deverá ser votado no início de agosto. Para garantir sua aprovação é fundamental a nossa união para pressionarmos os senadores.

Este foi o resultado do trabalho da comissão de garçons coordenada pelo companheiro José Carlos Felix da Silva, com o apoio de todos os partidos políticos e da CGT. Agradecemos a todos e contamos com vocês na segunda etapa de nosso trabalho. (J.F.S. - coordenador da comissão de garçons - Porto Alegre, Rio Grande do Sul)

O povo brasileiro precisa é de justiça

No dia 27 de junho passei por uma banca de jornal e li a matéria publicada no jornal "O Dia", convocando a população do Rio de Janeiro a ser favorável à pena de morte no Brasil.

A pena de morte não resolverá o problema da criminalidade de nosso país. A justiça é cega. Recentemente, no povoado de

Cipó, no Maranhão, o fazendeiro José Bonfim comandou pessoalmente a chacina de 17 pessoas, inclusive mulheres e crianças; outro caso foi o assassinato do padre Josimo.

A pena de morte já existe em nosso país: é o decreto nº 69534 publicado no Diário Oficial da União a 17 de novembro de 1971.

Este decreto foi criado para aniquilar fisicamente todas as pessoas que eram contra o regime militar. Os torturadores e assassinos a serviço do governo continuam até hoje sem punição. Na verdade o que o povo brasileiro realmente almeja não é a pena de morte e sim justiça! (José Carlos - Rio de Janeiro, RJ)

Bico de Papagaio, antro de violência

O tão propalado "desarmamento" que a Polícia Federal está promovendo no Bico do Papagaio tem como pano de fundo a violência que seus agentes praticam contra a gente simples e humilde da região. O caso que ocorreu na cidade de Tocantinópolis é ilustrativo: cinco policiais fortemente armados invadiram a residência do sr. José Gomes Ferreira e espancaram sua esposa, Francisca de Assis Pimentel Ferreira. Tentando fugir das agressões que sofreu, ela foi à casa de vizinhos

pedir socorro. Os policiais a seguiram, invadiram a casa dos vizinhos e agrediram as pessoas que lá estavam, inclusive esbofetando um rapaz.

Em virtude dos maus tratos que sofreu, dona Francisca de Assis, que tem problemas cardíacos, foi hospitalizada. Tudo isso ocorreu sem nenhuma razão concreta.

Mas as arbitrariedades não cessaram aí. Num outro bairro de Tocantinópolis, Alto Bonito, a

Polícia Federal, ao chegar durante a noite nas residências, colocou os moradores de mãos para cima, humilhando a todos e abusando do poder que possui, como se todo trabalhador fosse suspeito de ser marginal. O que mais revoltou a população foi o fato de que enquanto isso é feito com os trabalhadores, os pistoleiros e jagunços, grileiros e corruptos andam tranquilamente pelas ruas, sem ser molestados. Os pobres são punidos e os ricos protegidos. (Tribuneiro de Tocantinópolis, Goiás)

O Chile se ergue gloriosamente e luta Na vã tentativa do fascismo de jogar o país na escuridão O Chile, a cada dia se ergue gloriosamente e luta Seu povo apesar da maldita opressão não se abala Ergue sua voz contra o terrorismo decretando greve geral no país

Chile em luta
É o Chile, companheiro, se erguendo gloriosamente em luta
Tortura, desaparecimentos, assassinatos ou prisões Isto já não basta para esmorecer este povo brilhante que busca com ousadia construir em liberdade

o caminho de uma nova sociedade
É o Chile, caramba, que se ergue das cinzas e ousadamente busca na luta do povo a tão almejada liberdade das terras do regime militar sangüinário e assassino.
(Antônio da Silva Ortega - São Paulo, SP)



She Ra socorre He Man, num desenho de poucas qualidades técnicas

O segredo da força de He Man e She Ra

"Pelos poderes de Grayskull! Eu tenho a força!". He-Man e sua irmã She-Ra invadem as telas brasileiras. É a programação destinada a atrair as crianças para os cinemas durante estas férias escolares. Os super-heróis da tevê vivem uma aventura de 87 minutos dentro da mesma fórmula que os consagra desde 1983 em 172 estações de TV americanas e em mais de 36 países.

Dois roteiristas e cinco diretores foram contratados para contar a história do encontro de He-Man com She-Ra, a revelação de que

ela é sua irmã e os azares que a levaram a ser raptada quando ainda era bebê. Envolvido pela massiva propaganda televisiva e por um sem número de produtos infantis que promovem os personagens, o filme não apresenta, na verdade, novidades em relação às aventuras que passam na TV. Inclusive o desleixo técnico - com os personagens mudando de proporções de uma cena para outra, a animação pobre de recursos etc. - já existentes no vídeo ficam ainda mais evidentes na tela grande.

A construção dos personagens segue fórmulas já consa-

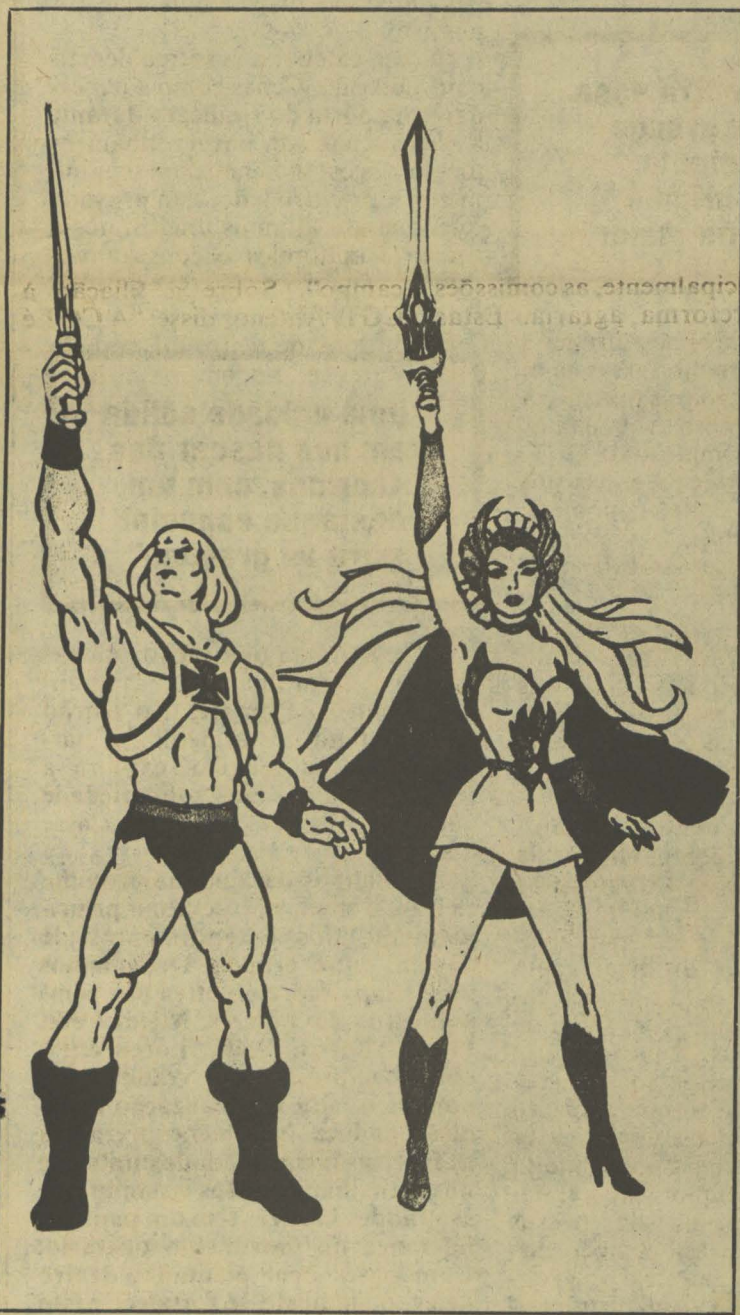
gradas: corpos musculosos, fisionomias simpáticas, arianas, além dos símbolos - as espadas - e das palavras mágicas evocadas para a transformação de Adam e seu tigre Pacato em He-Man e Gato Guerreiro; e Adora e Espírito passam a ser She-Ra e Ventania. Também os inimigos - Hordak e Esqueleto - seguem os esquemas destinados a identificá-los de imediato com as forças do Mal.

O a-historicismo é uma característica também marcante desse tipo de aventura. Por suas vestimentas, He-Man é contemporâneo dos vikings. Sua arma, como já foi dito, é a espada. Já seus inimigos são calçados nos personagens de Guerra nas Estrelas. Espaçonaves, armas que disparam raios, espionagem eletrônica. He-Man e She-Ra enfrentam todo este aparato valendo-se unicamente de sua força descomunal e de suas espadas.

POVO INAPTO

Os super-heróis são chamados para salvar os habitantes de Etheria, esmagados pela ditadura de Hordak, que aprisionou a rainha Ângela. Embora a população de Etheria seja repleta de feiticeiros, magos e guerreiros valentes, ela nada pode contra o ditador. É necessário que He-Man venha salvá-los.

Aqui outro aspecto constante desse tipo de historieta: o povo, tenha as virtudes que tiver, nunca é capaz de agir sem o comando do super-herói. Seja no combate ao crime (Batman, Superman, Homem-Aranha etc.), seja na luta contra os tiranos (Conan, Fantasma, o próprio He-Man). Para combater o Mal existem sempre os poderosos defensores do Bem. Uma manipulação aberta da experiência histórica, sob o manto da "moral de contos de fadas". Um bombardeio ideológico sobre o espírito ainda em formação de nossas crianças.



Em discussão a ciência brasileira

Mais de 8 mil pessoas estão participando, em Curitiba, da 38ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC -, cujo tema central é "Ciência e Tecnologia - uma necessidade nacional". A abertura do encontro ocorreu na noite de 9 de julho, com a presença do ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, e de cientistas, pesquisadores, professores e estudantes de todo o país.

O programa envolve mais de 400 eventos, incluindo quatro ciclos de simpósios (A Questão Nacional, Ciência e Desenvolvimento Nacional, Tecnologia e Desenvolvimento Nacional, e Violência), um conjunto de conferências, miniconferências de divulgação, além da mesarredonda sobre "Ciência e Tecnologia e o Poder Legislativo", coordenada por Crodowaldo Pavan, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ALERTAR O GOVERNO

Falando à imprensa, Pavan afirmou que a função principal da SBPC é alertar o governo e conscientizar a sociedade sobre os problemas da área científica, na busca de soluções concretas. Ele defendeu a definição de uma política voltada para os interesses do país, e citou como exemplo o caso da política nacional de abastecimento, "que este novo governo passou a encarar com mais firmeza, ao contrário do que ocorreu com os governos anteriores, que adotaram uma política de



Crodowaldo Pavan: situação da pesquisa está "pior do que péssimo"

exportação da produção agrícola que gerou um verdadeiro caos".

Crodowaldo Pavan queixou-se da falta crônica de recursos para a pesquisa científica e tecnológica. "Está pior do que péssimo", afirmou, diante dos 0,6% do Produto Interno Bruto destinados ao setor.

Para a presente reunião da SBPC em Curitiba estão programados 88 simpósios, 88 mesarredondas, 55 conferências, 52 cursos, 60 miniconferências e mais uma série de encontros, reuniões e assembleias.

Mas como nem só de conferências e simpósios vive o homem, a Comissão Organizadora, em con-

junto como governo do Paraná e Prefeitura de Curitiba, programou exposições de filmes, exposições, feiras, espetáculos musicais, dança, teatro. Um circo foi montado na Universidade Federal - local do encontro - para espetáculos de dança e música folclórica. Um ciclo de cinema mostrará 16 filmes paranaenses de várias fases históricas, e mais oito filmes de Silvio Back. Foi preparado também o baile "A Ciência vai dançar", para provar que o curitibano não é frio, antes pelo contrário, e que, afinal de contas, cientista também sabe dançar. (Débora Iankievich, da sucursal)

Modernizar a tática remodelar o futebol

Encerrada a Copa do Mundo no México, em que o Brasil ficou em 5º lugar, inicia-se a discussão sobre a remodelação do futebol brasileiro. Os cartolas malufistas da CBF já anunciaram algumas medidas polêmicas, como a formação de uma seleção permanente e a contratação de um técnico também permanente, além de reestruturar o Campeonato Nacional, incluindo 44 clubes na disputa em duas divisões e vários turnos.

É evidente que a reformulação de nosso futebol passa por todas essas questões levantadas pelos homens da CBF, mas passa principalmente pela mudança de mentalidade dos dirigentes administrativos e técnicos. O futebol que o Brasil mostrou no México patenteou duas observações que os cronistas e entendidos vêm afirmando há tempos: faltam craques em condições de jogo e uma tática mais moderna, ofensiva e inventiva.

Nossa seleção só chegou às oitavas de final e ao 5º lugar porque usou a tática "cerca frango" em todos os primeiros tempos, garantindo vitórias apertadas no tempo complementar. O fracasso diante da França, mostrou um Zico despreparado, um Sócrates empavonado e bichado (tanto que agora está ameaçado de não jogar

nunca mais, porque ficou esse tempo todo na seleção com um sério problema na coluna, enganando a opinião pública e a si mesmo), um Júlio César imaturo e por aí adiante. Essa triste realidade tem que mudar.

TÉCNICO PERMANENTE

A contratação de um técnico permanente é uma medida acertada. Já a seleção permanente parece coisa de quem não entende de futebol e não sabe que a cada rodada de campeonato regional ou nacional surgem novos atletas que podem se transformar em craques ou ser vendidos para clubes de segunda divisão no turno seguinte. Essa relação permanente iria ficar ultrapassada em pouco tempo e aí começaria tudo de novo, com a reconvocação de outros atletas e assim sucessivamente, não montando realmente nenhuma seleção perene.

Já o técnico ficaria à disposição da CBF para acompanhar os jogos regionais e nacionais, descobrindo talentos e testando sistemas táticos. O que se precisa é contratar um técnico bom, avançado, de cabeça aberta, democrático e não as múmias que estão por aí a pleitear o cargo, como o Vicente Minelli, que ao invés procurar fazer o Corinthians

melhorar no campeonato paulista, onde vem perdendo feio até do Paulista de Jundiaí, fica palpitando sobre o trabalho de outros técnicos mediante altos cachês da Rede Globo.

Antônio Lopes, do Vasco, é sem dúvida, hoje, o melhor técnico em exercício no futebol brasileiro. Cabeça aberta, estudioso de novas táticas, vem fazendo a melhor campanha que o Vasco realiza em muitos anos. Também não é um cultor da modelagem física massacrante dos Gilbertos Tims da vida. Outro que poderá vir a ser um bom técnico é o Falcão, o genial jogador de 82, agora lançado às traças porque, mesmo elegantemente, não costuma esconder o que pensa.

O que também poderá ajudar a reestruturação do futebol brasileiro é a reformulação do Campeonato Nacional e até mesmo dos campeonatos estaduais. Eles devem ser montados pensando no avanço técnico das equipes e no desenvolvimento dos atletas e não apenas no faturamento dos clubes. O novo Campeonato montado pela CBF já está dando o que falar, pois a Federação Carioca ameaça não participar, porque terá poucos lucros e os sindicatos de atletas já esboçam protestos pela tabela de jogos que penaliza dos jogadores. (Luiz Aparecido)



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) ☐ Cz\$ 260,00
Anual popular (52 edições) ☐ Cz\$ 130,00
Semestral (26 edições) ☐ Cz\$ 130,00
Semestral popular (26 edições) ☐ Cz\$ 65,00
Trimestral (13 edições) ☐ Cz\$ 33,00
Anual para o exterior (dólares) ☐ US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrálio, 2º andar sala 32 - CEP 69000. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAPÁ - Manaus: Rua Símon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camará: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itaperiungá: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - CEP 98000. AMÉRICA - Alvarado: Rua Américo Alves, 62A - CEP 44000. PARANÁ - Curitiba: Rua Pereira Maccari, 96 - CEP 81500. Salvador: Rua Comendador Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. São Paulo: Rua 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesa) - CEP 11700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Equador: Quito: Rua Francisco de Paula, 405 - CEP 62500. Goiás - Goiânia: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 74000. Mato Grosso - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 348 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARA - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARÁIBA - João Pessoa: Praça 1817, 117, 1º andar - Centro - CEP 58000. CAMPINA GRANDE: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88 - Fone: 253-7901 - CEP 80000. LONDRINA: Rua Sergipe, 984, sala 206 - CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Carlos Gomes, 55 - CEP 93500. Canoas: Rua Trindades, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Antônia, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. RIO GRANDE: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchesi, s. 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amador Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Cruz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaca, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composto por: Paulo Ruffalo, Thaurie, Imílio, e Yara. Fone: 279-3646. Impressão: Cia Jorbal. Fone: 815-4999 - São Paulo - CEP 01000.

Conclamação aos metalúrgicos

Num ambiente de luta, com greves estourando em várias fábricas, cerca de 500 metalúrgicos da capital paulista, a chamado do PC do B, aprovaram domingo dia 6 uma conclamação a seus 350 mil companheiros de categoria (veja ao lado). A reunião, que já repercute dentro das empresas, tratou desde as questões do combate salarial até as eleições no Sindicato.

A reunião teve lugar no centro recreativo da Federação dos Metalúrgicos do Estado, em Bragança Paulista, a 100 km da capital. Depois dos debates, um churrasco regado a chope e muita conversa sobre sindicalismo ajudou o conglamamento entre os participantes. Todas as despesas foram rateadas entre os operários, que contribuíram com Cz\$ 70 cada um.

“Nosso tema hoje é como a gente deve atuar dentro da fábrica”

tiu uma jovem metalúrgica da Móoca. - Nós decidimos uma eleição. Esse regime nos deixou presas muito tempo, mas nós não vamos continuar assim”.

Muitos dos participantes da reunião tinham ainda pouco tempo de contato com o PC do B. Mesmo assim, inclusive os não pertencentes ao partido manifestaram por ele um respeito e entusiasmo que aos poucos vão se consolidando no seio da classe. “O PC do B é aquela coisa bonita que luta pelos direitos dos operários”, disse um. Pelo menos 25 participantes se filiaram ao partido naquele mesmo dia. (Bernardo Joffily)

A reunião de Bragança e, abaixo, a greve dos 2.700 operários da Lorenzetti

O objetivo do encontro foi apresentar aos metalúrgicos de São Paulo - que jogam um papel estratégico no movimento operário do estado e do país - a posição classista do PC do B. Também com este fim, a “Carta dos 500”, aprovada na ocasião, será amplamente distribuídas nas fábricas.

O PC do B apresentou também aos metalúrgicos alguns de seus candidatos com maior prestígio na área operária da capital, como o metalúrgico Ivan Bonfim, o têxtil Elgito Boaventura e o médico Gilberto Natalini. O deputado federal Aurélio Peres, candidato do partido à reeleição, para a Constituinte, não pôde comparecer por estar acompanhando o movimento grevista dos assalariados agrícolas da região do Mogi Guaçu.

Antônio Alves, da direção regional do partido, fez a exposição inicial, destacando que “nós, comunistas, não ficamos simplesmente na luta para sermos menos explorados, lutamos para acabar com a exploração, pela sociedade socialista”. E agregou: “O nosso tema hoje é como é que a gente deve trabalhar dentro da fábrica”.

“O PC do B é aquela coisa bonita que luta pelo nosso direito”

Começaram então as colocações, numerosas e muito vivas, dos operários e operárias. Grande parte deles trabalha em fábricas que acabaram de viver greves e conquistas importantes, e onde se destacaram como lideranças. Um deles, de uma empresa de Socorro, fez questão de “cumprimen- tar os companheiros, que são a nata da categoria”.

As denúncias em geral eram bem concretas, como a dos convênios médicos - “que são verdadeiros açouques e só servem para delatar ao patrão quem é que deve ser mandado embora”. Um trabalhador da Sharp, que tem 2 mil assalariados em São Paulo, relatou que a empresa produz em torno de 2 mil unidades diárias só de televisores, e que o preço de seis ou sete desses aparelhos já dá para cobrir o salário de um ano inteiro.

As mulheres, presentes em número considerável, deram também seu recado: “As companheiras têm uma importância enorme - insis-



Joaquim sai do sindicato

“Eu me desligo da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo para assumir a CGT”. Com esse argumento, Joaquim dos Santos Andrade anunciou na última quarta-feira, dia 8, o seu afastamento da direção da maior entidade sindical do país. A frente do sindicato há 21 anos, sua saída tende a repercutir intensamente na base metalúrgica.

O afastamento de Joaquim da presidência do sindicato estava previsto desde março passado. Logo após ser eleito para coordenação da Central Geral dos Trabalhadores, no Conclat de Praia Grande, o sindicalista comunicou que deixaria a entidade dos metalúrgicos para se dedicar à construção da CGT. Mas seu desligamento acabou se transformando numa tumultuada novela.

Um setor minoritário da diretoria do Sindicato, numa jogada oportunista, tentou capitalizar o fim do mandato de Joaquim. Partindo da ideia de que este está bastante desgastado na base (afinal, dirige a entidade há mais de duas décadas e sempre foi identificado com o imobilismo sindical da fase da ditadura), oito diretores dissidentes lançaram um documento se auto-proclamando responsáveis pelo desligamento.

A articulação acabou colhendo péssimos frutos. A categoria, mobilizada na luta por melhores salários, imediatamente criticou a divisão na diretoria - o que

deu respaldo para Joaquim adiar seu afastamento. Com isso, a manobra caiu no vazio e dividiu-se. Luís Antônio, vice-presidente da entidade e encabeçador da dissidência, recuou, desistindo inclusive de se candidatar a deputado pelo PTB.

Agora, a crise interna no sindicato está superada, segundo garante o próprio Joaquim. “A situação está normalizada. A diretoria está novamente unida, encontra-se à frente das greves da categoria. Agora sim, saio do sindicato sem deixar a impressão de que fui expulso”, afirma. Ele pretende a partir de agora se dedicar exclusivamente à tarefa de consolidação da CGT. Em seu lugar na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos fica o próprio Luís Antônio, que garante “continuar a linha de luta do sindicato, inclusive, no rumo da preparação da greve da categoria em novembro próximo”.

FATOR DECISIVO

Um fator que contribuiu decisivamente para coesão na diretoria do sindicato e

buscar uma saída para a crise interna foi a mobilização da categoria nos últimos meses. Conforme comenta um assessor sindical, “a intensa luta nas fábricas acabou com o clima de picuinha no sindicato”.

Nesse ano já ocorreram 100 greves mobilizando cerca de 57 mil trabalhadores. A campanha pelo “aumento-já”, deflagrada pelo sindicato há duas semanas, contagiou toda a base. Diariamente ocorreram paralisações e empresas que se antecipam às greves, concedendo aumentos (desde junho, 42 firmas cederam aumentos salariais a 11.545 operários).

Só na última semana encontravam-se paralisadas 14 empresas, num total de 15 mil grevistas. Destas paralisações destacam-se a da Lorenzetti, com 2.700 funcionários, e a da Metal Leve, com cerca de 4 mil operários. Na primeira, a greve começou no dia 4 e tem enfrentado uma violenta repressão do patronato. Já na Metal Leve o movimento eclodiu na madrugada de quarta-feira, dia 9, e durou apenas 12 horas. Devido a grande coesão dos grevistas, que inclusive realizaram passeatas no interior da fábrica, a empresa cedeu 10% de aumento real para todos os trabalhadores.



A “Carta dos 500” (trechos)

“Nós, 500 metalúrgicos de 100 fábricas da capital paulista, convidados pelo PC do B para uma reunião em Bragança, dia 6, aprovamos por unanimidade a seguinte mensagem a toda a categoria:

“Somos contra essa briga de grupos no sindicato. Nossa briga é outra, muito maior”

“Em 1985, fizemos, pela primeira vez em muitos anos, uma greve geral nitidamente vitoriosa. Em março, tivemos papel de peso e ocupamos nosso espaço na fundação da CGT. Já marchamos para cem greves por fábrica, desde o pacote econômico, com muitas conquistas. Tínhamos 55 mil companheiros sindicalizados, hoje temos 80 mil.

“Temos também pontos débeis. Falando franco, o sindicato continua amarrado. Poucos diretores suam a camisa nas portas de fábrica. A diretoria adiou sucessivas vezes o 8º Congresso (da categoria); o departamento cultural não anda; as comissões de empresa, quando surgem, é graças aos companheiros da base. Faz meses que a diretoria se perde numa briga de grupos, sem princípio. Até parece a disputa dentro da Oposição Sindical, cuja última assembléia para tirar delegados à CUT terminou com troca de cadeiras entre as 74 pessoas presentes. A vaidade de pessoas ou grupos não pode ficar em primeiro plano. Dentro da classe tem de haver unidade. Nossa briga é outra, muito maior, contra a exploração capitalista, contra a Fiesp, pelos nossos direitos, por um Brasil democrático e independente. É para ela que convocamos todos os 350 mil metalúrgicos de São Paulo.

“Quando os comunistas decidiram participar da diretoria atual, foi com este objetivo. E o balanço destes dois anos mostra que foi uma atitude acertada, que ajudou o sindicato a avançar. Porém isto não é motivo para passar por cima daquilo que está errado e precisa mudar.

“Queremos uma chapa de unidade. Os metalúrgicos já sofreram demais com tanta divisão”

“É diante deste panorama que fixamos nossa opinião sobre as eleições no sindicato. Temos consciência do nosso peso. O PC do B hoje é uma força presente e crescente nas fábricas metalúrgicas de São Paulo. Esta reunião de Bragança é uma prova. Mas não deixamos os olhos nos subirem à cabeça. Nosso ponto de referência não é o interesse particular do PC do B, e sim o interesse da categoria, do sindicato, e da classe.

Defendemos uma chapa de uni-

dade e de luta, capaz de produzir uma diretoria e uma gestão de unidade dos metalúrgicos. Para nós, o ideal seria uma chapa única. Caso a teimosia de algum grupo não permita a chapa única, batalharemos pela unidade mais ampla que for possível.

“Nossa categoria já sofreu demais com a divisão. Cenas como a pancadaria na porta do sindicato durante a eleição passada envergonham os metalúrgicos, só beneficiam seus inimigos. Por outro lado, está provado que, quando lutamos unidos, nossa força se multiplica e conseguimos dobrar os patrões. A greve geral de 85 é um exemplo.

“Uma unidade sólida tem que nascer das fábricas, com um destaque especial para as grandes”

“O segredo da unificação está nas fábricas, destacadamente as grandes. Dentro da empresa, o patrão não pergunta nossa ideologia, partido, raça ou religião; explora a todos. Brota daí uma solidariedade que é a base da força da classe operária.

Concluimos daí que, na próxima eleição, a chapa não deve sair principalmente dos entendimentos de cúpula, entre grupos. Defendemos uma chapa representativa dos companheiros da Villares, Metal Leve, Ford, Aliperti, Voith, Lorenzetti e outras empresas com grande peso numérico, alta sindicalização e tradição de luta. Não menosprezamos as fábricas menores, onde muitos de nós trabalhamos. Mas é sabido que as grandes fábricas têm um papel de liderança no movimento operário. Com bases bem plantadas dentro delas, o sindicato se fortalece e isto beneficia a todos.

“Nossas tarefas: o 8º Congresso, a campanha salarial, a Constituinte, a eleição sindical”

“Nossa categoria se fortalece na luta. A própria sorte das eleições sindicais dependerá muito dos combates que travaremos até lá. Estamos dispostos a dar tudo pelo 8º Congresso. Ele precisa ser um grande congresso. Deve servir como apoio para uma arrancada rumo à campanha salarial. Neste ano há condições de conquistarmos muita coisa, se a campanha for intensa. Como a produção está crescendo, os patrões têm menor poder de barganha. Eles sabem que, se pararmos as máquinas, deixarão de faturar grandes somas.

“Logo depois da campanha salarial vem a eleição para a Assembleia Constituinte. Chamamos os companheiros a batalhar pela candidatura de Aurélio (o deputado operário Aurélio Peres), para eleger a Constituinte com uma votação maciça.”

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois